

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO VICTOR RUIZ MARTINS

A DESCONSTRUÇÃO E A POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA

CURITIBA  
2013

JOÃO VICTOR RUIZ MARTINS

## A DESCONSTRUÇÃO E A POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito no curso de graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Vera Karam de Chueiri.

CURITIBA  
2013

# TERMO DE APROVAÇÃO

JOAO VICTOR RUIZ MARTINS

## Desconstrução e a possibilidade de justiça

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VERA KARAM DE CHUEIRI  
Orientador

Coorientador



JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL  
Primeiro Membro



RAQUEL ILLESCAS BUENO  
Segundo Membro



ADRIANA CORREIA  
TERCEIRO MEMBRO

*Aqueles que eu amo.*

## **RESUMO**

Esta monografia tem por escopo a análise do tema “desconstrução e a possibilidade de justiça”. Para tanto, discorre-se sobre a desconstrução, algumas de suas noções e sua leitura do estruturalismo, a partir de textos de diversos autores e, em especial, do filósofo Jacques Derrida. A seguir, passa-se a análise dos conceitos e relações dos termos justiça, direito, violência e desconstrução, expostas no texto “Do direito à justiça”, do mesmo autor. Por fim, tecem-se considerações finais sobre o conteúdo apreendido.

Palavras-Chave: Desconstrução, Direito, Justiça, Violência, Estruturalismo, Linguagem.

## **ABSTRACT**

This monograph has as scope the analysis of the theme “deconstruction and the possibility of justice”. For this reason, it discuss the deconstruction, some of its notions and its reading of structuralism, from texts of many authors, specially texts from the philosopher Jacques Derrida. Then, it analyses the concepts and relations of justice, law, violence and deconstruction, as exposed in the text “Do direito à justiça”, from the same author. At last, it makes final considerations about the apprehended content.

Keywords: Deconstruction, Law, Justice, Violence, Structuralism, Language.

"Quem pretenderá ser justo poupando-se da angústia?"

Jacques Derrida

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	8
1 A DESCONSTRUÇÃO .....	10
1.1 UMA APROXIMAÇÃO .....	10
1.2 ESTRUTURALISMO .....	14
1.3 A ESTRUTURA, O SIGNO E O JOGO NO DISCURSO DAS CIÊNCIAS HUMANAS .....	19
1.4 A NOÇÃO DE DIFFÉRANCE .....	27
2 DESCONSTRUÇÃO, DIREITO E JUSTIÇA .....	34
2.1 ESPECULAÇÕES SOBRE DIREITO E JUSTIÇA .....	34
2.2 DIREITO E FORÇA .....	37
2.3 A JUSTIÇA INDESCONSTRUÍVEL .....	43
3 AS APORIAS DA JUSTIÇA .....	47
3.1 A EPOHKÉ DA REGRA .....	47
3.2 A ASSOMBRAÇÃO DO INDECIDÍVEL .....	49
3.3 A URGÊNCIA QUE BARRA O HORIZONTE DO SABER .....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
REFERÊNCIAS .....	57



## INTRODUÇÃO

Em outubro de 1989, na Cardozo Law School, Nova York, realizou-se um colóquio sob o título “Deconstruction and the Possibility of Justice”, que contou com a participação do filósofo Jacques Derrida como palestrante principal, por ser o responsável e maior expoente da atenção voltada ao termo ‘desconstrução’ na última metade do século XX.

Neste colóquio, que reuniu filósofos, teóricos da literatura e juristas, Derrida pronunciou o texto-palestra “Do direito à justiça”, que versa a respeito dos conceitos e noções que envolvem o direito, a violência, a justiça e a desconstrução.

Esta monografia tem por escopo uma análise do tema ‘possibilidade de justiça’ a partir do texto pronunciado por Derrida, assim como uma aproximação do que se entende por ‘desconstrução’, mediante contextualização das questões suscitadas. A interdisciplinaridade na redação desta monografia foi inevitável e há grande quantidade de páginas destinadas a explicações de temas que, à primeira vista, não são jurídicos, ou até mesmo pertencentes à filosofia do direito. Porém, tratam-se de interlocuções necessárias ao entendimento da filosofia de Jacques Derrida e de sua influência no âmbito jurídico.

Algumas obras de Derrida, assim como de outros autores, comentadores ou influenciados pela desconstrução, foram priorizados neste estudo. Apesar da leitura dos textos integrais do filósofo francês ter sido primordial, devido ao seu estilo comumente rebuscado e oblíquo, buscaram-se, em momentos específicos, autores diversos para fins de referência, como ferramentas didáticas, na demonstração de algumas noções da desconstrução. Não se pretendeu, neste trabalho, esgotar o conhecimento disponível a respeito do tema. Não simplesmente pelo fato de tal tarefa ser impossível nas limitações impostas institucionalmente a um trabalho de monografia de conclusão de curso, mas, também, porque a própria compreensão acerca da desconstrução impede que tal empreitada seja almejada. Espera-se mostrar, ao menos, o porquê dessa proposição no decorrer destas páginas.

O capítulo I é destinado ao entendimento da Desconstrução, a crítica ao estruturalismo, uma análise do texto “Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas” e a noção de *différance*. No capítulo II, demonstram-se as

especulações acadêmicas a respeito da desconstrução e da justiça e, mais extensa e especificamente, o texto “Do direito à justiça” de Derrida, sobre a separação problemática entre Justiça e Direito e a postura da desconstrução frente tal questionamento. No capítulo III expõem-se as aporias enunciadas por Derrida sobre a Justiça e o Direito. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se esboçam algumas das reações ao pensamento de Jacques Derrida e aos desdobramentos referentes às relações entre justiça e desconstrução.

# 1 A DESCONSTRUÇÃO

## 1.1 UMA APROXIMAÇÃO

A aproximação, ou introdução, de um tema geralmente se dá por meio de conceitos e definições. Sobrevém que, por ordem das reflexões que lhe são decorrentes e que serão analisadas nas próximas seções deste capítulo, a desconstrução desafia, precisamente, coisas tais como as definições, ou conceituações com pretensão de totalidade.

“Apenas como introdução, lembremos que Derrida qualificou a cultura ocidental como “logocêntrica”, isto é, baseada num racionalismo que pretende ser universal. O filósofo a “desconstrói” procedendo a uma leitura crítica dos textos de nossa cultura, em busca dos pressupostos metafísicos em que esta se assenta, revelando suas ambigüidades, contradições e não-ditos. A desconstrução rejeita o pensamento dualista (isto ou aquilo, isto contra aquilo) assim como o pensamento dialético (tese, antítese, síntese), deixando sempre aberta uma outra via que é a *différance* (diferença e adiamento). Esse pensamento sempre em processo, que é a própria desconstrução, leva à formulação de paradoxos que irritam e contrariam aqueles que gostam de respostas claras e categóricas, consideradas racionais, confiáveis e operáveis”.<sup>1</sup>

Mesmo assim, as tentativas realizadas por estudiosos na tarefa de conceituação da desconstrução são diversas. Por mais que incapazes de exprimi-la por inteiro, demonstram-se válidas e necessárias como ferramentas de inserção contextual. Por exemplo, uma obra denominada ‘Glossário de Derrida’, publicada pelo departamento de letras da PUC/RJ, conceituou Desconstrução como:

“Operação que consiste em denunciar num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalcar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto.”<sup>2</sup>

O Dicionário Filosófico da Universidade de Stanford, por sua vez, define desconstrução como “a way of criticizing not only both literary and philosophical texts

---

<sup>1</sup> PERRONE-MOISÉS, Leyla. Entre o perigo e a chance *in* CULT – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007. Pg. 44.

<sup>2</sup> Glossário de Derrida; trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

but also political institutions”.<sup>3</sup> Cristopher Norris conceitua desconstrução de, ao menos, duas maneiras:

“[Deconstruction] is the dismantling of conceptual oppositions, the taking apart of hierarchical systems of thought which can then be *reinscribed* within a different order of textual signification. Or again: deconstruction is the vigilant seeking-out of those ‘aporias’, blind spots or moments of self-contradiction where a text involuntarily betrays the tension between rhetoric and logic, between what it manifestly *means to say* and what it is nonetheless *constrained to mean*.”<sup>4</sup>

John D. Caputo escreveu que:

“The very meaning and mission of deconstruction is to show that things – texts, institutions, traditions, societies, beliefs, and practices of whatever size and sort you need – do not have definable meanings and determinable missions, that they are always more than any mission would impose, that they exceed the boundaries they currently occupy.”<sup>5</sup>

Jack M. Balkin refere-se ao papel do “desconstrutor” da seguinte maneira:

“The deconstructor looks for the ways in which one term in the opposition has been “privileged” over the other in a particular text, argument, historical tradition or social practice. One term may be privileged because it is considered the general, normal, central case, while the other is considered special, exceptional, peripheral or derivative. Something may also be privileged because it is considered more true, more valuable, more important, or more universal than its opposite. Moreover, because things can have more than one opposite, many different types of privileging can occur simultaneously.”<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Tradução livre: um modo de criticar não apenas textos literários ou filosóficos, mas também instituições políticas.

LAWLOR, Leonard. Jacques Derrida. In: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/derrida/>. Acesso em 12/10/2013.

<sup>4</sup>.[Desconstrução] é o desmantelamento de oposições conceituais, o deslocamento de sistemas hierárquicos de pensamento que podem então ser reinscritos numa ordem diferente de significação textual. Ou novamente: desconstrução é uma vigilância em busca das aporias, pontos cegos ou momentos de autocontradição onde um texto involuntariamente trai a tensão entre a retórica e lógica, entre o que ele manifestamente quer dizer e o que, apesar de tudo, é forçado a significar. Tradução livre do autor.

NORRIS, Cristopher. Derrida. London: Fontana Paperbacks, 1987. Pg.19

<sup>5</sup> O principal significado e missão da desconstrução é mostrar que as coisas – textos, instituições, tradições, sociedades, crenças, e práticas de qualquer tamanho e espécie que você encontrar – não possuem significados definidos e missões determinadas, que elas são sempre mais do que qualquer missão é capaz de impor, que elas excedem os limites que correntemente ocupam. Tradução livre do autor.

CAPUTO, John D. Deconstruction in a Nutshell: A conversation with Jacques Derrida. New York: Fordham University Press, 1997. Pg. 31

<sup>6</sup> O desconstrutor olha para os modos nos quais um termo da oposição tem sido privilegiada sobre a outra em um texto particular, argumento, tradição histórica ou prática social. Um termo pode ser privilegiado porque ele é considerado mais geral, normal, central, enquanto o outro é considerado especial, excepcional, periférico ou derivado. Algo também pode ser privilegiado porque é considerado mais verdadeiro, mais valioso, mais importante, ou mais universal que o seu oposto.

Denota-se que há diferenças nas definições e conceituações propostas. Enquanto umas privilegiam o papel do texto filosófico, o contexto da literatura e um modo de se criticar instituições políticas, outras denotam a importância das oposições conceituais a serem desmanteladas no processo de desconstrução. Há também ênfases no confronto com as aporias (momentos de impasse lógico), assim como o caráter de transbordamento de significado de termos ou conceitos.

As diferenças entre essas definições e conceituações exprimem as características dos problemas que circundam a desconstrução. Dentre elas a questão de que as palavras não possuem um significado presente ou único, carregam consigo traços, rastros e, até mesmo, ausências de outras palavras que atuam na formulação do significado. Essas questões voltarão a ser analisadas oportunamente, pois, no momento, convém deter-se nessa primeira aproximação com o termo.

Para tanto, útil se faz constatar o que a desconstrução não é. A desconstrução não é a destruição do texto, nem se reduz a um método que diminui o composto ao simples. Derrida tocou nessa questão em diversos momentos:

“Eu não estou certo de que a desconstrução possa funcionar como um método literário enquanto tal. Eu sou cauteloso acerca da ideia de método de leitura. As leis de leitura são determinadas por aquele texto particular que está sendo lido. Isso não significa que devemos simplesmente nos abandonar ao texto, ou representá-lo e repeti-lo de uma maneira passiva. Isso significa que devemos permanecer fiéis, mesmo que isso implique uma certa violência às injunções do texto. Estas injunções diferirão de um texto para o outro de modo que ninguém pode prescrever um método geral de leitura. Nesse sentido, desconstrução não é um método.”<sup>7</sup>

Em uma carta dirigida a um professor japonês, a fim de lhe explicitar a que se refere o termo desconstrução, para fins de tradução do termo para outra língua, Derrida diz que:

“Esta [a desconstrução] no se limita ni a um modelo lingüístico-gramatical, ni siquiera a um modelo semântico, y menos aún a um modelo maquínico.

---

Além do mais, porque as coisas podem ter mais de um oposto, muitos tipos diferentes de privilégio podem ocorrer simultaneamente. Tradução livre do autor.

BALKIN, J. M. Deconstruction. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/deconessay.pdf>. Pg. 1.

<sup>7</sup> KEARNEY, R. (org.). Deconstruction and the Other: an Interview with Richard Kearney”. In: *Debates in Continental Philosophy: Conversations with Contemporary Thinkers*. Nova York: Fordham University Press, 2004. P. 155

Estos modelos mismos deberían ser sometidos a um cuestionamento deconstructivo. Ciertamente es que, más adelante, dichos modelos han dado origen a numerosos malentendidos sobre el concepto y el término de deconstrucción, pues se ha caído en la tentación de reducir ésta a aquellos.

[...] Em cualquier caso, pese a las apariencias, la deconstrucción no es ni um análisis ni uma crítica, y la traducción debería tener esto em cuenta. No es un análisis, sobre todo porque el desmontaje de uma estructura no es uma regresión hacia el elemento simple, hacia um origen indescomponible. Estos valores, como el análisis, son, ellos mismos, filosofemas sometidos a la deconstrucción. Tampoco es uma crítica, em um sentido general o em um sentido kantiano.”<sup>8</sup>

Um dos motivos pela recusa à definição do termo é sintetizado por Rachel Nigro nas seguintes proposições:

“A deconstrução desconfia da sistematicidade e de qualquer modo de cientificidade que se apresente. Mas ela também não é um vale-tudo ou uma destruição niilista da metafísica. A deconstrução é simplesmente uma postura diante da leitura de textos. Uma postura cuidadosa, atenciosa, amorosa, mas também desconfiada. A deconstrução acontece dentro da linguagem; ela busca flagrar o *logos* (o sentido, a presença, a razão) em atuação, ou seja, fazendo metafísica, estabelecendo a lei, trazendo à presença. Esse olhar atento e desconfiado quer criticar o argumento filosófico por dentro dele mesmo, já que nada há além da linguagem.”<sup>9</sup>

Metaforicamente, a deconstrução assemelha-se a um refazer de um caminho, ao desmontamento de uma edificação ou de um artefato para que se possa expor suas estruturas, sua sustentação, seu esqueleto. Nas palavras de Juvenal Savian Filho:

“A deconstrução visa, sobretudo, a expor – como dizia Derrida – a precariedade ruínosa de uma estrutura formal que não explica mais nada,

---

<sup>8</sup> Esta [a deconstrução] não se limita nem a um modelo linguístico-gramatical, nem mesmo a um modelo semântico, e menos ainda a um modelo automático. Estes modelos mesmos deveriam ser submetidos a um questionamento deconstructivo. Certo é que, mais à frente, ditos modelos têm dado origem a numerosos mal-entendidos sobre o conceito e a definição de deconstrução, pois se tem caído à tentação de reduzir esta a aqueles. [...] Em qualquer caso, apesar das aparências, a deconstrução não é nem uma análise, nem uma crítica, e a tradução deveria ter isto em conta. Não é uma análise sobretudo porque a desmontagem de uma estrutura não é um regresso até ao elemento mais simples, a uma origem indesconstutível. Estes valores, como a análise, são, eles mesmos, filosofemas submetidos à deconstrução. Tampouco é uma crítica, em um sentido geral ou um sentido kantiano. Tradução livre do autor.

DERRIDA, Jacques. Carta a un amigo japonés. *In*: El tiempo de uma tesis: Deconstrucción e implicaciones conceptuales. Barcelona: Proyecto A Ediciones, 1997. Pg. 24

<sup>9</sup> NIGRO, Rachel. O Direito da Deconstrução. *In*: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. (org.) Deconstrução e ética – ecos de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Pg.93-94.

não sendo nem um centro, nem um princípio, nem uma força, nem mesmo a lei dos eventos, no sentido mais geral do termo”<sup>10</sup>

Apesar da recusa à definição de Desconstrução, Derrida chegou a enunciar as maneiras pelas quais ela se pratica:

“Em geral, a desconstrução se pratica segundo dois estilos que, o mais das vezes, ela enxerta um no outro. Um deles assume o aspecto demonstrativo e aparentemente não-histórico dos paradoxos lógico-formais. O outro, mais histórico ou mais anamnésico, parece proceder por leituras de textos, interpretações minuciosas e genealógicas.”<sup>11</sup>

Das leituras realizadas, pode-se dizer que, como movimento filosófico, a desconstrução emergiu, ou tornou-se evidente, na segunda metade do século XX, como uma postura e um modo de se operar sobre a linguagem, em reação ao estruturalismo, liderada pelo filósofo francês Jacques Derrida. É de se notar, também, que a desconstrução excede o seu próprio sentido, ao ser utilizada em temas diversos e contextos diferenciados, assim como, por indivíduos de áreas distintas da atuação humana.

Palavras como texto e estrutura, usadas reiteradas vezes nas citações acima, inevitavelmente nos remetem ao estruturalismo, sem o qual, a desconstrução de Derrida, certamente, sequer existiria. Por isso, para melhor entendimento do termo desconstrução, ou a sua inquietação com definições, importante que se contextualize tal movimento.

## 1.2 ESTRUTURALISMO

O estruturalismo foi um movimento intelectual francês intimamente relacionado a avanços e produções científicas nas áreas da antropologia, linguística e análises culturais. Os nomes de maior destaque desse movimento foram os do antropólogo Claude Lévi-Strauss, do teórico literário Roland Barthes e do psicanalista Jacques Lacan.

---

<sup>10</sup> FILHO, Juvenal Savian. Derrida e a defesa da honra da razão *in* CULT – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007. Pg. 42.

<sup>11</sup> DERRIDA, Jacques. Força de Lei. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Pg. 40.

Cada ramo do estruturalismo divergia em aspectos importantes dos outros, porém encontravam igualmente inspiração no trabalho do linguista suíço Ferdinand de Saussure.<sup>12</sup>

O principal trabalho de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, não foi escrito por ele, mas por seus alunos que reuniram suas notas, lições e ensinamentos e publicaram a obra em 1916.<sup>13</sup>

Durante o século XIX, o estudo sobre a linguagem era dominado pela questão da origem: como e quando a linguagem, em geral, havia começado? Como as atuais línguas se desenvolveram? Como e onde palavras particulares apareceram primeiramente?<sup>14</sup>

Essas questões motivaram diversos debates e trabalhos influentes. Contudo, a tarefa de explicitar a origem da linguagem restou infrutífera.<sup>15</sup> O trabalho de Saussure revolucionou a comunidade científica, ao trazer uma nova abordagem sobre a linguagem. Diferenciou-se dos trabalhos precedentes, ao argumentar que a linguagem não se tratava de um mecanismo de nomenclatura, ou seja, algo que simplesmente dava nome às coisas, ou uma lista de objetos denominados; a partir de Saussure, a linguagem passou a ser vista como um sistema, ou estrutura. O significado seria obtido por meio das regras da estrutura linguística, das relações entre as palavras.

Esse sistema linguístico deveria ser estudado sincronicamente, como um sistema completo num determinado tempo, deixando-se de lado seu desenvolvimento histórico. O que importava, a partir da análise de Saussure, não era a hipotética origem da linguagem, nem mesmo a etimologia, mas, sim, a relação dos elementos de uma estrutura. De um lado, a arbitrária relação entre a forma do signo (significante) com o seu conteúdo (significado) e, de outro, a relação dos signos entre si, que eram, primariamente, relações de diferença.<sup>16</sup>

Terry Eagleton exemplifica o primeiro aspecto fundamental do estruturalismo linguístico da seguinte maneira:

---

<sup>12</sup> EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Pg. 145.

<sup>13</sup> SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Pg. XIII.

<sup>14</sup> HILL, Leslie. *The Cambridge Introduction to Jacques Derrida*. Cambridge: University Press, 2007. Pg. 17

<sup>15</sup> *Ibidem*, pg. 17

<sup>16</sup> EAGLETON, T. *Ibidem*.



“Todo signo deveria ser visto como formado por um “significante” (um som-imagem ou seu equivalente gráfico) e seu “significado” (o conceito ou significado). Os quatro tipos impressos “g-a-t-o” são um significante que evocam o significado “gato”. A relação entre significantes e significado é arbitrária; não há razão inerente pela qual essas quatro marcas devam significar “gato”, a não ser a convenção cultural e histórica.”<sup>17</sup>

Desse modo, significante e significado seriam dois lados da mesma moeda. Um conjunto de caracteres estaria diretamente relacionado a um conceito, ou significado. Este seria o fundamento da estrutura e à linguística caberia a análise científica das relações existentes entre significantes e significados. Na teoria de Saussure, as palavras, expressas por signos, não mais se relacionavam diretamente às coisas, mas a conceitos apreendidos no cérebro.

Portanto, como as palavras não são inerentes às coisas, não há qualquer razão pela qual uma palavra signifique transcendentemente algo, mas apenas mera convenção, uma simples arbitrariedade. O conjunto organizado de sinais gráficos, ou de sons emitidos pela voz, que compõe a palavra árvore trazem o conceito de “árvore” porque, em algum momento, convencionou-se que assim seria.

O segundo aspecto fundamental do estruturalismo linguístico alude às relações entre os significantes. Só é possível compreender o significado de um significante através de um processo de diferenciação com outros significantes. No sistema linguístico, cada signo tem significação na medida em que se diferencia dos outros:

““Gato” tem significação não em si, mas por não ser “mato”, ou “tato” ou “pato”. Não importam as modificações do significante, desde que ele preserve sua diferença de todos os outros significantes; podemos pronunciá-lo de muitas maneiras diferentes, desde que essa diferença seja mantida. “No sistema linguístico”, diz Saussure, “existem apenas diferenças.” O significado não é misteriosamente imanente ao signo, mas sim funcional, resultado de sua diferença para outros signos.”<sup>18</sup>

Segundo Leslie Hill, utilizando-se de uma metáfora do próprio Saussure:

“Language, Saussure suggested, was in this regard much like the game of chess. What material was used to make the pieces, how they were made, or even how they looked, all this was of no importance, so long as the pieces could be differentiated from one another according to agreed rules. In turn, the significance or function of each piece depended purely on the state of

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, pg. 145.

<sup>18</sup> *Ibidem*

play in the game as summed up by all the possible legitimate or legal moves existing at any one point.”<sup>19</sup>

Na teoria de Saussure, a voz é considerado a primeira significante, o primeiro meio pelo qual os significados se exprimem. É através da voz que diretamente nos referiríamos a um significado. A escrita, por sua vez, seria um significante de segunda ordem, cujo papel é o de transcrever aquilo que foi dito. A escrita não se faz presente, mas é registrada em papel e ali se torna disponível a quem quiser a ler. Como à escrita cabe a função de transcrever a fala, ela seria uma espécie secundária de significante, ou uma “significante do significante”. De acordo com Saussure:

“Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.”<sup>20</sup>

Esses elementos (concepções de relações entre elementos de uma estrutura como fundamento do significado, dualidades e oposições binárias etc.) constituíram os fundamentos do estruturalismo linguístico, que mais tarde influenciaria diversos outros ramos do conhecimento.

Claude Lévi-Strauss, por exemplo, sobretudo em trabalhos nos quais investigava sociedades indígenas amazônicas, demonstrou que esses grupos sociais eram geralmente encontrados aos pares que se opunham e necessitavam ao mesmo tempo. Em “O Cru e o Cozido”, o antropólogo mostrou de que maneira as oposições binárias presentes em diversos mitos das tribos amazônicas se

---

<sup>19</sup> A língua, sugere Saussure, era a este respeito muito parecido com o jogo de xadrez. Qual material foi utilizado para fazer as peças, como elas foram feitas, ou até mesmo qualquer aparência, todas essas informações seriam sem importância, contanto que as peças pudessem ser diferenciadas uma das outras de acordo com regras acordadas. Por sua vez, o significado ou função de cada peça dependeria puramente da situação do jogo, tomando-se os movimentos possíveis e legítimos existentes em qualquer ponto. Tradução livre do autor.

HILL, Lelie. The Cambridge Introduction to Jacques Derrida. Cambridge: University Press, 2007. Pg. 18.

<sup>20</sup> SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Pg. 34.

modificavam de uma tribo a outra, construindo significados distintos.<sup>21</sup> Roland Barthes, em seus primeiros trabalhos de análise literária afirmara que:

“O fim de toda atividade estruturalista, seja ela reflexiva ou poética, é de reconstituir um ‘objeto’, de maneira a manifestar nesta reconstituição as regras do funcionamento (as ‘funções’) deste objeto.”<sup>22</sup>

Numa perspectiva ampla, é o que escreve Terry Eagleton:

“De um modo geral, o estruturalismo é uma tentativa de aplicar essa teoria lingüística a outros objetos e atividades que não a própria língua. Podemos ver um mito, uma luta livre, um sistema de parentesco tribal, um cardápio de restaurante ou um quadro a óleo como um sistema de signos, e uma análise estruturalista tentará ressaltar a série de leis pelas quais esses signos se combinam em significados. Ela deixará de lado boa parte daquilo que os signos realmente “dizem” e, em lugar disso, concentrar-se-á em suas relações mútuas internas. O estruturalismo, como disse Frederic Jameson, é uma tentativa de “repensar tudo em termos lingüísticos”. É um sintoma do fato de que a linguagem, com seus problemas, mistérios e implicações, tornou-se tanto um paradigma como uma obsessão para a vida intelectual do século XX.”<sup>23</sup>

Desse modo, as estruturas seriam as responsáveis pelas significações e sentidos existentes na sociedade, cultura, política e psique humana. A compreensão científica da humanidade residiria na busca e na identificação das estruturas que comandam o surgimento e o sentido do significado, sendo todo o resto – aí compreendidos os próprios seres humanos em suas singularidades - de menor importância. Segundo Balkin:

“Structuralism argued that individual thought was shaped by linguistic structures. It therefore denied or at least severely deemphasized the relative autonomy of subjects in determining cultural meanings; indeed, it seemed virtually to dissolve the subject into larger forces of culture.”<sup>24</sup>

<sup>21</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. O Cru e o Cozido: Mitológicas 1. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

<sup>22</sup> BARTHES, Roland. A atividade estruturalista, in O Método Estruturalista, de Luc de Heushet al., Rio de Janeiro, 1967, pg. 58.

<sup>23</sup> EAGLETON, T. Ibidem. pg.146-147.

<sup>24</sup> O estruturalismo argumentava que o pensamento individual era formado por estruturas linguísticas. Ele, portanto, negava ou ao menos desenfativava a relativa autonomia dos sujeitos na determinação de significados culturais; ao invés, ele parecia virtualmente dissolver o sujeito em largas forças da cultura.

BALKIN, J. M. Ibidem.

### 1.3 A ESTRUTURA, O SIGNO E O JOGO NO DISCURSO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Devido à notoriedade e importância do movimento estruturalista, várias conferências e colóquios foram organizados a respeito do tema. Em um desses colóquios, “The Languages of Criticism and the Sciences of Man”, ocorrido em 1966 na John Hopkins University, que teve a participação de grandes nomes do estruturalismo francês, Jacques Derrida proferiu uma palestra sob o título “Structure, Sign and Play in the Discourse of the Human Sciences”.

Apesar de ter sido um colóquio realizado com o intuito de popularizar o estruturalismo nos Estados Unidos, especialmente na figura de Lévi-Strauss, a palestra de Derrida acabou por ser reconhecida como o primeiro momento do pós-estruturalismo em solo americano.<sup>25</sup> Mais tarde, esse texto foi incluído como um capítulo no livro *L'écriture et la différence*.<sup>26</sup>

Nesse texto, Derrida começa por analisar os fundamentos e a maneira pela qual se opera o estruturalismo, argumentando que tal discurso não foi mais longe do que demonstrar que a estrutura é formada por conjuntos de elementos (termos) que se relacionam e jogam entre si.

Entretanto, de alguma maneira, a estrutura, ou sistema, parece cravar um centro, um termo privilegiado que a ancora por completo e que não joga com outros termos. O centro da estrutura não se inter-relaciona. Nesse ponto, ressalta-se que a leitura de Derrida opera uma crítica não somente ao estruturalismo, mas à estruturalidade ou sistematicidade da filosofia. Essa característica, por sua vez, é observável em toda a história do pensamento, possuindo a “idade da episteme”.

“[...] a estrutura, ou melhor, a estruturalidade da estrutura, embora tenha sempre estado em ação, sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar, organizar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura inorganizada –, mas sobretudo levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo de estrutura. [...]”

No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem aliás ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos

<sup>25</sup> CEIA, Carlos. Estruturalismo. In: E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=1034&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1034&Itemid=2)

<sup>26</sup> No Brasil a obra foi traduzida para “A Escritura e a Diferença”, publicação da editora Perspectiva, e o referido capítulo como “A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas”.

sempre permaneceu interdita (e emprego propositadamente esta palavra). Sempre se pensou que o centro, por definição único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade. Eis por que, para um pensamento clássico da estrutura, o centro pode ser dito, paradoxalmente, *na* estrutura e *fora da* estrutura. Está no centro da totalidade e contudo, dado que seu centro não lhe pertence, a totalidade *tem o seu centro noutra lugar*. O centro não é o centro.”<sup>27</sup>

O termo central, aquele que dá coerência a toda a estrutura, escapa às regras observadas por todos os outros elementos. Por este motivo o filósofo diz que o centro está *na* estrutura (pois lhe dá ordem, coerência, norte) e *fora da* estrutura (pois escapa das normas e do jogo ao qual todos os outros termos da estrutura estão submetidos).

Seja esse centro, por exemplo, os termos “Deus”, “ser”, “presença”, “sujeito” ou “homem”, a função que eles exercem é a mesma: de ordenação, de finalidade, de *télos*; de modo que a história das estruturas é também uma história de substituição de um centro por outro. Ainda, escreve Derrida, cada um desses termos que se aloca no centro da estrutura está sempre associado à ideia de presença.

“[...] toda a história do conceito de estrutura, aténs da ruptura de que falamos, tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações do centro. O centro recebe, sucessiva e regularmente, formas ou nomes diferentes. A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e metonímias. A sua forma matriarcal seria [...] a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos dessa palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (essência, existência, substância, sujeito, aletheia, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc.).”<sup>28</sup>

Segundo Derrida, um evento teria ocorrido na história do pensamento que anunciava um abalo nesse discurso. Um evento de ruptura, no qual tomava-se consciência da estruturalidade das estruturas. A partir de então, começou-se a buscar entender a lei que a comandava, ou a necessidade e as qualidades de um centro que ordenaria todas as relações produtoras de significados.

“O acontecimento de ruptura, a disrupção que aludia ao começar, ter-se-ia talvez produzido no momento em que a estruturalidade da estrutura deve ter começado a ser pensada [...]. Desde então, deve ter sido pensada a lei que comandava de algum modo o desejo de centro na constituição da estrutura, e o processo da significação ordenando os seus deslocamentos e as suas substituições a essa lei da presença central; mas de uma presença central

<sup>27</sup>DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 2011. P. 407-408.

<sup>28</sup>*Ibidem*. Pg. 409

que nunca foi ela própria, que sempre já foi deportada para fora de si no seu substituto.”<sup>29</sup>

Começara-se a pensar, dessa maneira, que não havia centro algum, ou melhor, que o centro não era algo presente na estrutura, não possuía um lugar que lhe pertenceria naturalmente, não seria algo fixo. Sua razão de ser era uma função, colocada num espaço no qual se substituiriam signos, com o decorrer do tempo (e das ideias).

Decorrente dessa indagação, denota-se o fenômeno da inflação da linguagem nos estudos em ciências humanas. Pois, se não há centro ou origem definidos e consistentes absolutamente como tais, tudo o que resta é a linguagem – agora compreendida como discurso; e a linguagem nunca foge ao jogo de diferenças, pelo contrário, a alimenta e a propulsiona. É o que diz Jacques Derrida:

“Foi então o momento em que a linguagem invadiu o campo problemático universal; foi então o momento em que, na ausência de centro ou origem, tudo se torna discurso – com a condição de nos entendermos sobre esta palavra –, isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o jogo da significação.”<sup>30</sup>

Este evento, de acordo com Derrida, é resultado de “nosso tempo”, de nosso contexto histórico. De toda maneira, para exemplificar o evento de ruptura, o filósofo francês cita três autores que teriam trabalhado de maneira mais impactante tais noções caracterizadoras desse nosso “tempo”. São eles Nietzsche, Freud e Heidegger.

“Se quiséssemos contudo, a título de exemplo, escolher alguns “nomes próprios” e evocar os autores dos discursos nos quais esta produção se manteve mais próxima da sua formulação mais radical, seria sem dúvida necessário citar a crítica nietzschiana da metafísica, dos conceitos de ser e de verdade, substituídos pelos conceitos de jogo, de interpretação e de signo (de signo sem verdade presente); a crítica freudiana da presença a si, isto é, da consciência do sujeito, da identidade a si, da proximidade ou da propriedade a si; e, mais radicalmente, a destruição heideggeriana da metafísica, da onto-teologia, da determinação do ser como presença.”<sup>31</sup>

A partir das reflexões desses pensadores, que compõem o evento de ruptura, é possível vislumbrar discursos nos quais os jogos de seus termos é livre, já

---

<sup>29</sup> *Ibidem.*

<sup>30</sup> *Ibidem*, pg. 410.

<sup>31</sup> *Ibidem.*

que não há centro fixo. Não se permite falar em uma significação absoluta, oriunda de uma estrutura centrada, mas em múltiplas significações, em múltiplas interpretações decorrentes de um jogo-livre de termos e conceitos.

Em Nietzsche, por exemplo, é notória sua utilização dos aforismos, metáforas e poemas para a divulgação do seu pensamento, que, pela própria forma que possuem, tendem a evitar um centro do qual se obtém as regras de interpretação e de sentido.

Todavia, apesar desse aspecto, as críticas que Freud, Nietzsche e Heidegger fizeram da verdade, da presença e da identidade, que compõem o que Derrida nomeia de “metafísica da presença”, compartilham de uma mesma peculiaridade: é impossível criticar a metafísica, sem se utilizar de termos oriundos e carregados de significados da própria metafísica. Não é vislumbrável uma maneira de criticar a metafísica sem dispor de instrumentos que carregam consigo significados metafísicos.

“Ora, todos estes discursos destruidores e todos os seus análogos estão apanhados numa espécie de círculo. Este círculo é único e descreve a forma da relação entre a história da metafísica e a destruição da história da metafísica: *não tem nenhum sentido* abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo que gostaria de contestar. [...] É com conceitos herdados da metafísica que, por exemplo, Nietzsche, Freud e Heidegger operaram. Ora, como esses conceitos não são elementos, átomos, como são tirados duma sintaxe e dum sistema, cada empréstimo determinado faz vir a si toda metafísica.”<sup>32</sup>

Jacques Derrida demonstra como esse caráter transcorre também ao estruturalismo, nomeadamente, ao trabalho de Claude Lévi-Strauss. O objetivo de crítica ao etnocentrismo, do antropólogo, tem similaridades ao de destruição da metafísica. Pois, assim como Freud, Nietzsche e Heidegger se utilizaram de conceitos oriundos da metafísica para atacá-la, o etnólogo teria aceitado em seu discurso o etnocentrismo no mesmo momento em que o critica. Derrida usa diversas passagens do próprio texto de Lévi-Strauss para comprovar seu argumento, sobretudo através da exploração da oposição binária natureza/cultura.

---

<sup>32</sup> *Ibidem*. Pg. 412

Um paradoxo encontrado por Derrida, talvez mais significativo da inconsistência dessa oposição, é a assertiva de Lévi-Strauss de que o tabu do incesto é encontrado em todas as culturas humanas. Contudo, se tal tabu é comum a todas as culturas, não se poderia dizer, também, que se trata de algo *natural*? Como explicar a diferença entre algo que é natural ou cultural, visto que é coisa comum a toda humanidade?

Lévi-Strauss chega a reconhecer esse paradoxo, tratando-o como um escândalo na estrutura, mas, mesmo assim, continua por utilizar o binômio natureza/cultura, como um valor de verdade, um valor metodológico, para seus trabalhos posteriores. A leitura de Derrida sobre a constatação desse escândalo por Lévi-Strauss, pode ser compreendida neste parágrafo:

“Só existe evidentemente escândalo no *interior* de um sistema de conceitos que dá crédito à diferença entre natureza e cultura. Começando a sua obra com o *factum* da proibição do incesto, Lévi-Strauss instala-se portanto no ponto em que essa diferença, que sempre passou por evidente, se encontra apagada ou contestada. Pois a partir do momento em que a proibição do incesto já não se deixa pensar pela oposição natureza / cultura, já não se pode dizer dela que seja um fato escandaloso, um núcleo de opacidade no interior de uma rede de significações transparentes; não é um escândalo que encontramos, no qual caímos no campo dos conceitos tradicionais; é o que escapa a estes conceitos e certamente os precede e provavelmente como sua condição de possibilidade. Poder-se-ia talvez dizer que toda a conceptualidade filosófica fazendo sistema com a oposição natureza / cultura está destinada a deixar no impensado o que a torna possível, a saber, a origem da proibição do incesto.”<sup>33</sup>

Ou seja, só se pode considerar um escândalo o tabu do incesto num sistema que categoriza seus elementos entre naturais ou culturais. Esse tabu, talvez, seja aquilo que demonstra a própria incapacidade dessa categorização, de modo que o que torna possível algo como a proibição do incesto, plausivelmente estaria além dessa dicotomia.

Em “*La pensée sauvage*”, o antropólogo francês apresenta uma outra oposição, de certa forma correlacionada à dicotomia natureza/cultura, que é a disposta entre *bricoleur* e engenheiro. Segundo Lévi-Strauss, o *bricoleur* é aquele que se utiliza dos instrumentos que encontra a sua disposição para realizar operações que, a princípio, não foram projetadas para realizar, por meio de adaptações, modificações e trocas. O engenheiro, por sua vez, seria aquele que

---

<sup>33</sup> *Ibidem*. Pg. 414.



cria, ou é capaz de criar coisas sem a necessidade da bricolagem. Lévi-Strauss utiliza essa oposição como metáfora para explanar a sua metodologia científica, sobretudo na utilização da linguagem adequada para se referir às mitologias indígenas.

Diz o antropólogo que a bricolagem é a maneira mais adequada de se aludir aos mitos, pois estes seriam incapazes de sofrer uma catalogação, ou uma divisão em moldes cartesianos, de modo a serem analisados cientificamente um a um. Como resultado, o seu próprio trabalho, por ser um discurso bricoleur, é, de certa forma, também mitopoético.

Explorando essa oposição, Derrida conclui que o engenheiro seria uma entidade teológica, pois a bricolagem é a única maneira pela qual podemos atuar com as coisas, sobretudo com a linguagem.

“Se denominarmos bricolagem a necessidade de ir buscar os seus conceitos ao texto de uma herança mais ou menos coerente ou arruinada, deve dizer-se que todo o discurso é *bricoleur*. O engenheiro, que Lévi-Strauss opõe ao *bricoleur*, deveria, pelo contrário, construir a totalidade da sua linguagem, sintaxe e léxico. Neste sentido o engenheiro é um mito: um sujeito que fosse a origem absoluta do seu próprio discurso e o construísse “com todas as peças” seria o criador do verbo, o próprio verbo. A ideia do engenheiro de relações cortadas com toda a bricolagem é portanto uma ideia teológica; e como Lévi-Strauss nos diz noutro lugar que a bricolagem é mitopoética, poderíamos apostar que o engenheiro é um mito produzido pelo *bricoleur*. A partir do momento em que se deixa de acreditar em semelhante engenheiro e num discurso rompendo com a recepção histórica, a partir do momento em que se admite que todo o discurso finito está submetido a uma certa bricolagem, que o engenheiro ou o sábio são também espécies de *bricoleur*, então a própria ideia de bricolagem está ameaçada, esboroa-se a diferença na qual ganhava sentido.”<sup>34</sup>

Se todo o discurso é uma forma de bricolagem, por termos de adequar o que desejamos falar ao conjunto léxico, às regras gramaticais disponíveis e também ao “objeto” que analisamos, toda forma discursiva assume, mesmo que de maneira mínima, o conteúdo daquilo a que se refere. O discurso do engenheiro, o discurso absolutamente autónomo e original, é uma criação fantástica própria da bricolagem.

Nestas citações podemos observar o jogo feito com as oposições binárias por Derrida, de modo que a primeira distinção dos termos, aquela separação aparente de palavras que deveriam possuir significados distintos, acaba por se

---

<sup>34</sup> *Ibidem*. Pg. 416

mostrar líquida. As palavras estão muito mais próximas em sentido do que aparentam, ou são possuidoras de significados múltiplos e inter cruzados.

É por se estar inserido na cultura que é possível falar em natureza. Ou, aproveitando-se do título de outra obra de Lévi-Strauss, só é possível se falar em “cru” se já se tem à disposição o conceito de “cozido”. Para que se fale de povos primitivos, selvagens, ou de cultura indígena, é necessário que se esteja no povo civilizado, cultural ou europeu. Os termos compartilham de uma fluidez mútua.

Pode-se observar como o termo aparentemente inferior da oposição binária (as oposições binárias geralmente apresentam um termo como superior ao outro) acaba por ter um transbordamento da sua valoração e, desse modo, não mais pode ser considerado inferior. Num dos exemplos citados, resta compreendido que o engenheiro não é oposto ao *bricoleur*, mas uma invenção deste, já que a bricolagem, no que se refere à linguagem, é tudo o que nos é permitido.

A intenção de Lévi-Strauss, que era a de criticar o etnocentrismo, ou eurocentrismo, acabaria por ser também um texto próprio desse centramento. Isso não significa que as análises e produções do antropólogo são inválidas, ou falsas (assim como as críticas de Nietzsche, Freud e Heidegger também não o são, apesar de carregarem consigo termos metafísicos); mas sim, que o texto do antropólogo possui mais sentidos, diversos do que aquele que talvez se pretendia único ou intencional.

Derrida aponta uma falha existente no pensamento de Lévi-Strauss, que seria herdada do próprio estruturalismo linguístico, referente à ignorância da historicidade. É própria do estruturalismo, como mencionado na seção II deste capítulo, a recusa à historicidade da estrutura, ou de seus elementos, pois, relativamente ao sistema, bastar-lhe-ia a sua análise sincrônica. De maneira que, na ótica estruturalista, acontecimentos históricos surgiriam repentinamente: seriam elementos que adentrariam, ou tomariam seu lugar na estrutura bruscamente. É ignorado o questionamento a respeito das condições passadas da estrutura, das condições pelas quais ela se tornou possível. Em primeiro lugar, porque um termo no sistema teria sempre um significado presente e completo. A significação não viria aos poucos, mas seria obtida instantaneamente, um evento quando da confrontação de significantes.

“Mais concretamente, no trabalho de Lévi-Strauss, é preciso reconhecer que o respeito da estruturalidade, da originalidade interna da estrutura, obriga a neutralizar o tempo e a história. Por exemplo, a aparição de uma nova estrutura, de um sistema original, faz-se sempre – e é própria da sua especificidade estrutural – através de uma ruptura com o seu passado, a sua origem e a sua causa. Só se pode, portanto, descrever a propriedade da organização estrutural não levando em conta, no próprio momento dessa descrição, as suas condições passadas: omitindo colocar o problema da passagem de uma estrutura para outra, colocando entre parênteses a história.”<sup>35</sup>

É dessa maneira que Lévi-Strauss discorre a respeito da origem da linguagem, elemento essencial da cultura, que teria surgido abruptamente, onde antes havia simplesmente a natureza.

“Quaisquer que tenham sido o momento e as circunstâncias da sua aparição na escala da vida animal, a linguagem só pode ter nascido de repente. As coisas não podem ter começado a significar progressivamente. Após uma transformação cujo estudo não compete às ciências sociais, mas à biologia e à psicologia, efetuou-se a passagem de um estado em que nada tinha sentido para outro em que tudo possuía um.”<sup>36</sup>

Derrida diz perceber, na etnologia estruturalista, uma espécie de saudosismo das origens, dos primórdios, da inocência, do estado de natureza nos moldes do pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Afinal, a natureza teria sido abruptamente trocada por um estado de cultura, ou da sociedade civil: o bom selvagem tornara-se um civilizado corrompido. Este sentimento seria decorrente, dentre outras razões, do privilégio dado à ideia de presença, dos elementos da estrutura dotados de significados presentes e completos. Num momento o significado de homem natural, noutro o de homem civilizado. A irrelevância da historicidade talvez tenha impedido a visão de que o selvagem e o civilizado não fossem tão opostos ou distintos assim – no intervalo entre a significação dos dois conceitos (selvagem e civilizado) há história, processos e sentidos que na ótica estruturalista são ignorados.

Uma perspectiva diferente dessa, de signos com significados completos e determinados, seria a do filósofo Friedrich Nietzsche, que afirmava, ao invés da presença o devir, o livre jogo de signos e da interpretação.

“Voltada para a presença, perdida ou impossível, da origem ausente, esta temática estruturalista da imediatidade interrompida é portanto a face triste,

<sup>35</sup> *ibidem*. Pg. 424

<sup>36</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude citado por DERRIDA, Jacques. *Ibidem*.

*negativa*, nostálgica, culpada, rousseauísta, do pensamento do jogo cujo reverso seria a *afirmação* nietzschiana, a afirmação alegre do jogo do mundo e da inocência do devir, a afirmação de um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa.”<sup>37</sup>

Portanto, estas seriam as duas interpretações, ou posturas, dentre as quais se escolheria perante o problema da estrutura, do signo e do jogo: uma que procura encontrar a verdade última, localizar a origem da estrutura, ou a estrutura das estruturas; outra que dirá sim ao desafio da interpretação, da pluralidade e da mudança sem fim, despreocupada com a questão da origem.

“Uma procura decifrar, sonha decifrar uma verdade ou uma origem que escapam ao jogo e à ordem do signo e sente como um exílio a necessidade da interpretação. A outra, que já não está voltada para a origem, afirma o jogo e procura superar o homem e o humanismo, sendo o nome do homem o nome desse ser que, através da história da Metafísica ou da onto-teologia, isto é, da totalidade da sua história, sonhou a presença plena, o fundamento tranquilizador, a origem e o fim do jogo.”<sup>38</sup>

Este texto-palestra de Jacques Derrida acabou por influenciar o surgimento de denominações como “pós-estruturalismo” ao seu pensamento, ao passo que demonstra caracteres da desconstrução: o desmantelamento de oposições binárias; o uso corroborativo de argumentos do próprio texto que se desconstrói; a insistência na multiplicidade de interpretações ou significações; a crítica à metafísica da presença.

#### 1.4 A NOÇÃO DE DIFFÉRANCE

Jacques Derrida insistentemente faz críticas à ideia de presença do significado, ou do *logocentrismo*. Tal ideia seria o privilégio do discurso racional e presente em detrimento da ausência ou do devir.

“Texto cunhado pelo filósofo francês Jacques Derrida, que critica o pensamento ocidental por sempre ter privilegiado o logocentrismo, isto é, a centralidade da palavra (“logos”), das ideias, dos sistemas de pensamento, de forma a serem entendidos como matéria inalterável, fixadas no tempo por uma qualquer autoridade exterior. As verdades que o logocentrismo ou

---

<sup>37</sup> ibidem. Pg. 425

<sup>38</sup> ibidem.

“metafísica da presença” veiculam são sempre tomadas como definitivas e irrefutáveis.”<sup>39</sup>

Esse preconceito seria encontrado, segundo Derrida, em vastos trabalhos na história da filosofia. Em *Gramatologia*, obra publicada em 1967, Derrida analisa a fundo essa questão, em especial através da leitura de Saussure, Lévi-Strauss e Rousseau.<sup>40</sup>

Como explicado na Seção II deste capítulo, no estruturalismo linguístico, a linguagem seria composta de diferenças. O valor de uma palavra seria oriundo da diferença de significantes. Se quiséssemos, por exemplo, obter o significado do significante “carro”, deveríamos realizar um recorte sincrônico na estrutura linguística e comparar este significante com todos os outros dos quais ele se diferencia. “Carro” teria seu próprio significado ao não ser “sarro”, “marro”, “barro”. Todavia estas palavras também são significantes, que, por sua vez, também necessitam de novas comparações de diferença com outras palavras para que possuam seus significados. Se levarmos a regra de diferenciação de Saussure às últimas consequências, perceberemos que o jogo de diferenciação é teoricamente infinito. É o exemplo dado por Terry Eagleton:

“O significante “bote” nos dá o conceito ou significado “bote” porque se distingue do significante “mote”. Ou seja, o significado é produto da diferença entre dois significantes. Mas também é produto da diferença entre vários outros significantes: “pote”, “lote”, “bota”, e assim por diante. Isso põe em questão a interpretação que Saussure faz do signo como uma unidade simétrica precisa entre um significante e um significado, já que o significado “bote” é realmente um produto de uma complexa interação de significantes, aparentemente infinita. A significação é o subproduto de um jogo potencialmente interminável de significantes, e não um conceito firmemente ligado a um determinado significante.”<sup>41</sup>

Isto coloca em xeque a ideia de Saussure de que a linguagem seria uma estrutura fechada e estável, pois o processo de diferenciação pode ser interminável. Esse aspecto demonstra como os significantes não estão primordialmente ligados a um significado, mas a outros significantes, que se ligarão a outros, indefinidamente. É o que ocorre, por exemplo, quando procuramos o significado de uma palavra no dicionário: o resultado são outras palavras (significantes), que por sua vez, também

<sup>39</sup> CEIA, Carlos. Estruturalismo. Disponível em [http://www.edtl.com.pt/?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=939&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=939&Itemid=2)

<sup>40</sup> DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2011. Pg 8-22.

<sup>41</sup> EAGLETON, Terry. *Ibidem*. Pg. 192

podem ter seus significados procurados e assim sucessivamente. Desse modo, nunca chegaremos ao significado principal, ou originário, mas estaremos sempre soltos numa rede de correlações. A distinção aparentemente sólida entre significante e significado é desconstruída.

Outra maneira de se referir esse problema, é dizer que o significado não é obtido de maneira imediata num signo. Pois, como o significado de uma palavra depende daquilo que ela não é, a significação também estará, de certo modo, ausente do significante.

“A significação, se assim quisermos, está dispersa ao longo de toda uma cadeia de significantes e não pode ser facilmente fixada; ela nunca está totalmente presente apenas em um signo, mas é antes uma espécie constante de oscilação de presença e ausência.”<sup>42</sup>

Como não se trata, portanto, de um sistema fechado e a cadeia de significações é teoricamente infinita, não se pode conceber que o significado de uma palavra se faz presente através de um signo. O significado estará sempre por vir, diacronicamente, pois depende de palavras que ainda chegarão ao conjunto léxico e atuarão no sentido. Este entendimento é um dos elementos que permitem-nos compreender a recusa de Derrida em conferir à Desconstrução um conceito determinado e fechado, uma definição estável e absoluta.

Os significantes que vem à minha mente, quando falo a palavra “bateria”, por exemplo, podem não ser as mesmas lembradas por outras pessoas, quando comunicadas sobre o mesmo termo. “Bateria” pode ser tanto uma peça do carro, um instrumento musical, uma seção de uma competição esportiva etc. O significado sempre dependerá de outras palavras que ainda colocarei em minhas sentenças e frases, que por sua vez, exigirão um novo conjunto de palavras que serão trazidas à mente tanto por mim, quanto pelos meus interlocutores. Por este motivo, a questão da significação se torna problemática, pois é praticamente impossível que se tenha apenas um significado, ou um significado imediato: há sempre a dependência de uma questão subjetiva e temporal de toda uma série nova de palavras que cada sujeito, participante do processo de comunicação, traz à tona.

Em outras palavras, a significação sempre dependerá do contexto. Ainda assim, contextos não podem ser exaustivamente descritos, pois também são

---

<sup>42</sup> Ibidem. Pg. 193.

explicitados através de signos, ou palavras e, portanto, sua significação prolonga-se no tempo.

A desconstrução dos opostos significante e significado não demonstra que o primeiro é, em realidade, superior ao segundo. Seria imprudente afirmar também que o significado é impossível. Em lugar disso, há um abalo na proposta estruturalista de que o significado é imanente ao significante. O significado não está presente, mas vem-a-ser todo o tempo. Desse modo, uma nova perspectiva sobre significante / significado seria necessária, uma que desafie a sua própria disposição como dois lados de uma mesma moeda.

“9. O que não quer dizer, por simples inversão, que o significante seja fundamental ou primeiro. O “primado” ou a “prioridade” do significante seria uma expressão insustentável e absurda, se formulada illogicamente na mesma lógica que ela quer, legitimamente sem dúvida, destruir. Nunca o significante precederá de direito o significado, sem o que não seria mais significante e o significante “significando” não teria mais nenhum significado possível. O pensamento, que se anuncia nesta impossível fórmula sem conseguir-se alojar-se nela, deve portanto enunciar-se de outro modo: e somente poderá fazê-lo ‘se lançar a suspeição sobre a idéia mesma de “signo-de”, que permanecerá sempre ligada àquilo mesmo que aqui se coloca em questão. Portanto, no limite, destruindo toda a conceitualidade ordenada em torno do conceito de signo (significante e significado, expressão e conteúdo etc.)<sup>43</sup>

Assim, a significação do signo, por não ser mais um simples “signo-de-alguma-coisa”, não se dá apenas de forma imediata, mas, da mesma importância, temporalmente. Esses dois aspectos do signo podem ser expressos pelos verbos diferenciar (num aspecto sincrônico de relação de diferenças) e diferir (aspecto diacrônico, de postergação do significado). Em francês, o verbo utilizado tanto para os atos de diferenciar como para diferir, é o *différer*. Contudo, o substantivo *différence*, derivado desse verbo, não traz consigo a ideia de diferimento ou de postergação do significado. Derrida, então, para exprimir esse caráter tanto diacrônico como sincrônico do jogo de significação, incluiu propositalmente a letra “a” na palavra *différence*: o neologismo *différance*.

Numa entrevista realizada com Julia Kristeva e publicada pela The University of Chicago Press, Derrida diz que:

“*Différance* is the systematic play of differences, of the traces of differences, of the spacing by means of which elements are related to each other. This spacing is the simultaneously active and passive (the *a* of *différance*)

<sup>43</sup> DERRIDA, J. *Ibidem*. Pg. 23.

indicates this indecision as concerns activity and passivity, that which cannot be governed by or distributed between the terms of this opposition) production of the intervals without which the “full” terms would not signify, would not function.”<sup>44</sup>

Différance também é uma ironia com o que Jacques Derrida chama de privilégio da voz sobre a escrita, ou fonocentrismo. Segundo o autor, desde os tempos de Platão, sobretudo do que se pode extrair do diálogo do Fedro<sup>45</sup>, os filósofos teriam tratado a escrita como uma espécie secundária de significante. Isso porque a voz, acreditava-se, estaria diretamente ligada à alma. Quando alguém fala, seria como se a voz pronunciada viesse diretamente de seu espírito, de sua razão, da sua consciência. A escrita, por sua vez, seria apenas a transcrição da fala, sem ligação direta com a alma, com o espírito, com a verdade. A escrita, pela sua capacidade de ser repetida inúmeras vezes (iterabilidade), se perderia do seu formulador e poderia ser lida e interpretada na ausência do escritor.

Derrida critica essa oposição fala/escrita, demonstrando como o privilégio da fala se fundamenta na metafísica da presença, na ideia errônea de que a fala estaria intrinsecamente ligada a uma significação presente. Pois, se a fala também é feita de signos, assim como a escrita, está incluída na força da *différance*. Derrida não diz que a escrita seria superior, ou anterior, a fala, mas que ambas padecem da mesma incapacidade de significação adjacente e absoluta. A escrita, para Derrida, não é uma mera transcrição da fala. A fala também pode ser escutada, interpretada e repetida na ausência do seu formulador, seja através de gravações, vídeos e escutas:

“[...] the traditional concept of writing [...] can be characterised by three main assumptions: first, that a written sign is a mark that lasts, or remains, and is not reducible to any given present moment; second, that it can always be detached from its original context, and grafted on to another; and third, that the sign is Always at a distance from the present thing to which it refers, which is why it can be cited, or used again to refer to another thing. [...] Iterability, in other words, [...] is not a feature of written language alone, but of *all* language, *both* spoken *and* written in general. For if all signs are by definition repeatable, there are no limits to that movement of repetition. Any

---

<sup>44</sup> Tradução livre: *Différance* é o jogo sistemático de diferenças, dos rastros das diferenças, do espaçamento dos meios pelos quais os elementos estão relacionados uns aos outros. Este espaçamento é a simultaneamente ativo e passivo (o “a” de *différance* indica essa indecisão no que se refere à atividade e passividade, a qual não pode ser governada ou distribuída entre os termos dessa oposição) produção de intervalos sem os quais os termos “completos” não significariam, não funcionariam.”

DERRIDA, Jacques. “Interview with Julia Kristeva” in *Positions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981. Pg. 21.

<sup>45</sup> DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1996.



sign, in so far as it repeated, can be detached from its context; and if it is true of all signs, it must be true of spoken as well as written ones.”<sup>46</sup>

Escrita e fala seriam modos de comunicação distintos, cada um com suas peculiaridades. Isso seria facilmente verificável, por exemplo, na poesia concretista, que se utiliza das formas, do suporte e do visual, que é apreciada somente quando escrita. A fala, por outro lado, pode mudar a significação de uma sentença por meio do tom de voz, imperceptível na escrita.

O neologismo *différance*, de Derrida, também confronta essa superioridade da fala, pois, em francês, *différance* se pronuncia da mesma maneira que *différence*. O “erro” proposital da letra “a” é perceptível somente por meio da escrita e muda todo o jogo de significação.

Para além disso, não apenas o sentido dos textos que leio está submetido à *différance*, mas até minha consciência, já que a única maneira pela qual entro em contato comigo mesmo é através da linguagem. A esse aspecto, recorrente tanto à escrita como à fala, Derrida dá o nome de *arqui-escritura*, ou *escritura*.

“Não há um sentido primeiro, um significado forte que a boa interpretação deve fazer prevalecer. Estamos sempre lançados numa nebulosa de diferenças, de significados que formam um código linguístico, um contexto em movimento, impossível de ser reconstituído. Essa ruptura total com o contexto originário traduz-se na noção derridiana de *écriture* (escritura). Estamos, desde sempre, imersos nos efeitos da escritura, nas remissões de significantes.”<sup>47</sup>

Com todas essas colocações extensas e, ao mesmo tempo, muito breves, pretendeu-se demonstrar os questionamentos da desconstrução e da filosofia de Jacques Derrida; o impacto de suas ideias, ao criticar-se a ideia de verdade, de

---

<sup>46</sup> Tradução livre: o tradicional conceito de escrita pode ser caracterizado por três premissas principais: primeira, que um signo escrito é uma marca que dura, ou permanece, e não é redutível a qualquer momento presente; segunda, ela sempre pode ser retirada do seu contexto original, e colocada em outro; e terceira, o signo está sempre distante da coisa presente à qual se refere, o que permite que ele possa ser citado, ou usado novamente para se referir a outra coisa. [...] Iterabilidade, em outras palavras, [...] não é um aspecto da linguagem escrita somente, mas de toda linguagem, tanto falada quanto escrita em geral. Pois, se todos os signos são por definição repetíveis, não há limites para o movimento de repetição. Qualquer signo, desde que seja repetido, pode ser deslocado de seu contexto; e se isso é verdade para todos os signos, isso deve ser verdade tanto para os signos falados assim como para os escritos.

HILL, L. *Ibidem*. Pg. 28.

<sup>47</sup> NIGRO, Rachel. O Direito da Desconstrução. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. (org.) Desconstrução e ética – ecos de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Pg. 92.

sentido, de identidade e de presença. Este pensamento enveredou, assim como estruturalismo o fez, em diversos ramos distintos do conhecimento, como a arquitetura, o cinema, a psicologia, a arte e a literatura.

Não tardou muito para que acadêmicos, sobretudo nos EUA, vissem na desconstrução uma ferramenta a ser utilizada na crítica ao direito. Afinal, o direito é feito de textos, de estruturas e de sistemas que tendem à unidade, coerência e completude.

## 2 DESCONSTRUÇÃO, DIREITO E JUSTIÇA

### 2.1 ESPECULAÇÕES SOBRE DIREITO E JUSTIÇA

Na década de 70, nos Estados Unidos da América, consolidou-se um movimento do pensamento jurídico denominado Critical Legal Studies, que produziu obras e textos que clamavam por uma interpretação “politicamente engajada” do Direito, em contraposição à interpretação positivista que, neste sentido, assumiria a neutralidade do fenômeno. O sistema jurídico, as normas, suas relações, hierarquias e aplicações, segundo os pensadores dessa linha, não eram neutros, mas reproduziam as relações de poder da sociedade e deveriam ser criticadas e combatidas.

“O objetivo dos CLSs era demonstrar que a lei é política, não neutra nem destituída de valores, e o sistema jurídico sustenta os interesses de determinados grupos sociais, formando um conjunto de preconceitos e injustiças.”<sup>48</sup>

Alguns dos membros desse movimento inspiraram-se em *insights* provenientes da teoria crítica, do marxismo e, também, da desconstrução para elaborar críticas ao direito norte-americano. Segundo Balkin, três foram as principais razões pelas quais os participantes dos Critical Legal Studies se interessaram pela desconstrução:

“Primeiro, porque a desconstrução afirmou que os sentidos eram inerentemente instáveis, parecia apoiar a tese de que o fazer jurídico-decisório era indeterminado. O que, em contrapartida, parecia servir de suporte para a conhecida ênfase dos CLS na natureza política daquela atividade. [...] Segundo, como a desconstrução revelava instabilidade e indeterminação em toda parte, aparentava apoiar a noção de que as estruturas sociais eram contingentes e os significados sociais maleáveis e fluidos. Isto serviu de base para a afirmativa dos CLS de que a ideologia do direito repousava sobre o reclame da falsa necessidade das estruturas sociais e jurídicas que pareciam razoáveis na teoria, mas foram muito

---

<sup>48</sup> RODRIGUES, Carla. Justiça e Desconstrução: entre as rachaduras da lei *in* Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro: 2012. Pg. 141.

opressivas na prática. (Peller 1985). Terceiro, porque a desconstrução parecia mostrar que todos os textos enfraqueciam a sua própria lógica e tinham significados vários que conflitavam uns com os outros, a mesma poderia ser usada para o propósito do trashing – isto é, para mostrar que doutrinas jurídicas específicas ou argumentos legais eram fundamentalmente incoerentes.”<sup>49</sup>

Contudo, a utilização dos preceitos desconstrucionistas pelos CLS resultou em inúmeros questionamentos. Novamente, Balkin aponta os motivos para isso:

“Primeiro que o argumento dos CLS parecia pressupor um sujeito autônomo que estava manipulando uma linguagem indeterminada; o que criava uma tensão com os pressupostos anti-humanistas da desconstrução. (Schlag 1990). Se o sentido está fora do controle do sujeito, e se o sujeito é socialmente construído, é difícil defender que a racionalidade jurídica é um disfarce para a racionalidade política. (Balkin 1991). Em segundo lugar, se as oposições conceituais do legalismo liberal foram desconstruídas, então também o seriam as concepções que os estudiosos dos critical legal studies ofereceriam como alternativa às do legalismo liberal. Se a desconstrução pode ser usada para mostrar a incoerência do pensamento liberal, poderia igualmente ser utilizada para mostrar a incoerência de qualquer pensamento alternativo ao liberal. Terceiro, contingência e instabilidade são conceitos separados, e nem são idênticos à mutabilidade. Até se os conceitos jurídicos tivessem sentidos múltiplos e instáveis, isso não significaria que as estruturas jurídicas e sociais fossem facilmente manipuláveis e mutáveis.”<sup>50</sup>

A teoria feminista também sofreu das mesmas inquietações ao se utilizar da desconstrução para estabelecer suas críticas ao machismo, através da exploração da oposição binária masculino/feminino.

“Argumentos desconstrutivistas de que as “perspectivas feministas”, os “interesses femininos” ou a “feminilidade” têm sido suprimidos ou marginalizados na cultura existente escancaram duas questões importantes: a primeira é se é possível haver tais entidades relativamente estáveis e determinadas; a segunda é se estas já não formariam oposições em ninho com o que são chamadas a opor. Desta forma, o emprego feminista das críticas desconstrutivas tem sido confrontado com dois importantes, ainda que potencialmente conflitantes, objetivos: identificar e honrar o feminino que tem sido suprimido ou marginalizado, e reconhecer a instabilidade e a natureza controversa da própria identidade honrada. (Cornell 1991)”<sup>51</sup>

A desconstrução, primeiramente vista como grande arma a ser utilizada contra a “ordem liberal estabelecida”, começou a ser percebida como ferramenta

<sup>49</sup> BALKIN, J. M. Desconstrução in Revista Crítica do Direito. N. 2. Volume 42. <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-2-volume-42/desconstrucao>

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

utilizável discursivamente por diversos posicionamentos políticos, homogêneos, distintos ou conflitantes.

Concomitantemente a isso, um escândalo envolvendo a desconstrução irrompeu em 1987: Paul De Man, professor da Universidade de Yale, amigo próximo de Derrida e, provavelmente, o maior expoente da desconstrução em solo americano, morreu em 1985; dois anos depois, um estudante de pós-graduação, ao realizar pesquisas para sua tese sobre o teórico literário, descobriu que De Man escreveu diversos artigos pró-nazismo durante sua juventude, nos anos compreendidos entre 1940 e 1942. Esta descoberta acendera debates, inclusive com publicações do próprio Derrida, em defesa de De Man, acarretando na efervescência da discussão sobre a relação entre a Desconstrução e valores, o niilismo ou qualquer ideia de moralidade ou justiça.<sup>52</sup>

Drucilla Cornell, intelectual norte-americana nas áreas da literatura, estudos culturais e feminismo, organizou um colóquio sob o título “Deconstruction and the Possibility of Justice”, para que se pudesse ouvir, propriamente, o maior expoente da Desconstrução a respeito do tema. Afinal, tais pensamentos e pressupostos se relacionariam de que forma com a justiça? O que a desconstrução teria a falar sobre a justiça ou o direito? Jacques Derrida explicitamente dá consciência disso, ao afirmar retoricamente:

“Este título sugere uma pergunta que assume, ela mesma, a forma da suspeita: será que a desconstrução assegura, permite, autoriza a possibilidade de justiça? Será que ela torna possível a justiça ou um discurso consequente sobre a justiça e sobre as condições de possibilidade da justiça? Sim, responderiam alguns; não, responderiam os opositores. Os “desconstrucionistas” têm algo a dizer sobre a justiça, algo a fazer com a justiça? Por que, no fundo, eles falam dela tão pouco? Isso lhes interessa, afinal? Não será, como alguns desconfiam, porque a desconstrução não permite, nela mesma, nenhuma ação justa, nenhum discurso justo sobre a justiça, mas constitui até mesmo uma ameaça contra o direito e arruína a condição de possibilidade da justiça? Sim, responderiam alguns; não, responderia o adversário.”<sup>53</sup>

Derrida prossegue seu texto com análises das quais algumas serão tratadas nas páginas que seguem.

<sup>52</sup> BALKIN, J. M. Transcendental Deconstruction, Transcendent Justice. Disponível em: <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/transdecon1.pdf>

<sup>53</sup> DERRIDA, J. Força de Lei. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Pg. 4

## 2.2 DIREITO E FORÇA

Nas suas primeiras colocações no texto “Do direito à justiça”, Derrida chama atenção para um termo em inglês utilizado em teoria do Direito, que é o “*enforceability of law*”. Este termo se refere à capacidade de se compelir a obediência à lei, a observância da norma, mediante a imposição por força de um comportamento, ou de um ato.

Quando se traduz esse termo para o português, obtemos a locução “aplicabilidade da lei”. Todavia, essa tradução, assim como a realizada ao francês por Jacques Derrida, perde o rastro da palavra força, a característica de que a aplicação do direito reveste-se de força.

Essa força do direito seria sempre uma força autorizada, uma força legitimada, uma força que possui uma justificação ou é, ao menos, justificável, de modo que não haveria como se falar em direito sem se falar de força.

“A palavra “*enforceability*” chama-nos pois à letra. Ela nos lembra, literalmente, que não há direito que não implique *nele mesmo, a priori, na estrutura analítica de seu conceito*, a possibilidade de ser “*enforced*”, aplicado pela força. [...] Existem, certamente, leis não aplicadas, mas não há lei sem aplicabilidade, e não há aplicabilidade ou “*enforceability*” da lei sem força, quer essa força seja direta ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica –, coercitiva ou reguladora etc.”<sup>54</sup>

A questão proposta por Derrida a seguir é: como diferenciamos essa força de lei, justificada, legitimada, de uma força não legítima, ou seja, de mera violência? Com base em que critérios podemos distinguir uma força que pode ser justa de outra que não o é? Aliás, o que é uma força justa, ou não violenta?

Neste ponto, podemos verificar que Derrida endereça uma oposição binária entre força justa e força violenta (a ser desmantelada no processo de desconstrução).

Como explicitado no capítulo anterior, a linguagem-escritura é compreendida por Derrida como um tecido de palavras que se relacionam entre si sincrônica e diacronicamente, numa força de *différance*. Não há significado único, presente,

---

<sup>54</sup> *Ibidem*. Pg. 8.

primeiro ou último a qualquer termo, mas um emaranhado de relações que produzem significados distintos no decorrer do tempo, dos contextos e das repetições. Toda sistematicidade e toda estrutura é, desse modo, desafiada.

O Direito, por sua vez, utiliza-se da linguagem e a utiliza necessariamente através de um sentido. Não haveria como se falar em Direito, ou neste caso, de uma lei ou de uma norma que não tivesse um sentido, um significado estabelecido ou que se possa estabelecer. O texto jurídico possui uma identidade, uma singularidade e uma tendência à unidade. Em outras palavras, o Direito, ao passo que se demonstra como um sistema jurídico, possui, ou pretende possuir, fronteiras delimitadas, pretende construir-se de maneira autossuficiente e aplicar-se de maneira determinada.

Retrazendo a problemática da escritura e da *différance*, cabe-nos perguntar: como é possível tal Direito? Pois, se a linguagem funciona através de remessas e correlações sem fim, não sendo permitida a fixação do significado, como poderia ser identificado ou reconhecido algo como a norma jurídica? A resposta talvez se encontre no postulado de que a determinação do significado jurídico só pode ser resultado do uso da força. A significação da norma é resultado de um golpe de força que determina o sentido legal, correto e legítimo e retira como ilegal, ou fora do sistema, todas as outras interpretações possíveis. Essa força não atua somente no momento de aplicação do Direito, mas também no momento da sua fundação.

“[...] se a justiça não é necessariamente o direito ou a lei, ela só pode tornar-se justiça, por direito ou em direito, quando detém a força, ou antes quando recorre à força desde seu primeiro instante, sua primeira palavra. No começo da justiça, terá havido o *logos*, a linguagem ou a língua, mas isso não é necessariamente contraditório com outro *incipit* que dissesse: “No começo, terá havido a força.””<sup>55</sup>

Derrida se utiliza de algumas citações que, segundo ele, já teriam notado estes aspectos do Direito e as analisa no decorrer do texto. São elas formuladas por Blaise Pascal e por Montaigne:

“De cette confusion arrive que l'un dit que l'essence de la justice est l'autorité du législateur, l'autre la commodité du souverain, l'autre la coutume présente, et c'est le plus sûr. Rien suivant la seule raison n'est juste de soi, tout branle avec le temps. La coutume (est) toute l'équité, par cette seule

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, pg 8.

raison qu'elle est reçue. C'est le fondement mystique de son autorité. Qui la ramènera à son principe l'anéantit.”<sup>56</sup>

“[...]les lois se maintiennent en crédit, non par ce qu'elles sont justes, mais par ce qu'elles sont lois. C'est le fondement mystique de leur autorité : elles n'en ont point d'autre. [...]Quiconque leur obéit par ce qu'elles sont justes, ne leur obéit pas justement par où il doit.”<sup>57</sup>

Na leitura de Derrida, esses dois autores operam uma separação entre direito e justiça, ao proporem que as leis não são justas enquanto leis. A razão pela qual as obedecemos decorre da autoridade que as acompanha; e essa autoridade é, por sua vez, decorrente de uma violência performativa do direito quando da sua fundação, que interrompe o jogo de significação da linguagem, para impor um sentido único, jurídico ou legal.

O caráter místico da autoridade jurídica mencionado tanto por Pascal como por Montaigne, advém do fato de que a confiabilidade do direito não se embasa na razão, ou na justiça, mas no crédito que lhe é concedido, na crença que lhe é depositada.

Para prosseguir nesse tema, outra citação de Pascal trabalhada por Derrida:

“Justice, force. Il est juste que ce qui est juste soit suivi ; il est nécessaire que ce qui est le plus fort soit suivi. La justice sans la force est impuissante, la force sans la justice est tyrannique. La justice sans force est contredite, parce qu'il y a toujours des méchants. La force sans la justice est accusée. Il faut donc mettre ensemble la justice et la force, et pour cela faire que ce qui est juste soit fort ou que ce qui est fort soit juste. [...] Et ainsi ne pouvant faire que ce qui est juste fût fort on a fait que ce qui est fort fût juste.”<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Desta confusão decorre que um afirma que a essência da justiça é a autoridade do legislador; outro, a comodidade do soberano; outro, o costume presente, e é o mais correto. Nada, de acordo somente com a razão, é justo em si mesmo; tudo muda com o tempo. O costume é toda a equidade, pela simples razão de ser recebida. É o fundamento místico de sua autoridade. Quem o carregar de volta aos seus fundamentos o destrói. Tradução livre do autor.

PASCAL, Blaise. Pensées. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000373.pdf>, pg. 16.

<sup>57</sup> As leis se mantêm com credibilidade, não porque são Justas, mas porque são leis. Este é o fundamento místico da sua autoridade. Elas não têm outro. [...] Quem as obedece porque são justas, não as obedece justamente pelo que devem. Tradução livre do autor.

MONTAIGNE. Les Essais III. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000354.pdf>, pg. 162.

<sup>58</sup> Justiça, força. É justo que o que é justo seja seguido; é necessário que o que é forte seja seguido. A justiça sem a força é impotente, a força sem a justiça é tirânica. A justiça sem a força é contradita, porque sempre haverá os ímpios. A força sem a justiça é acusada. É necessário por juntas a justiça e a força, para fazer com que o justo seja forte e o forte seja justo. [...] E assim, não podendo fazer com que o justo seja forte, fizemos que o forte fosse justo. Tradução livre do autor.

PASCAL, Blaise. Pensées sur la religion et sur quelques autres sujets. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000373.pdf>. Pg, 21-22.



Segundo o filósofo francês, comumente as interpretações desse texto de Pascal deram demasiada importância ao caráter cristão e pessimista do autor, de modo que o justo seria inevitavelmente a conveniência do mais forte. Contudo, outras interpretações seriam possíveis, capazes de efetuar novas leituras das relações entre direito e justiça.

“Mas se isolarmos a alçada, de certo modo funcional, da crítica pascaliana, se dissociarmos esta simples análise da presunção do seu pessimismo cristão, o que não é impossível, podemos então nela encontrar, como aliás em Montaigne, as premissas de uma filosofia crítica *moderna*, ou uma crítica da ideologia jurídica, uma dessedimentação das superestruturas do direito que ocultam e refletem, ao mesmo tempo, os interesses econômicos e políticos das forças dominantes da sociedade. Isso seria sempre possível e, por vezes, útil.” (DERRIDA, 2010, pg. 23.)

Essa primeira nova leitura do fragmento de Pascal parece apoiar o próprio movimento dos Critical Legal Studies, que, como já dito, pretendia criticar a ideologia jurídica. Derrida usa nessa citação termos próprios do marxismo, tão vitais a autores dos Critical Legal Studies, como “ideologia”, “superestruturas” e “interesses econômicos e políticos das forças dominantes da sociedade”. Mas, a seguir, ele propõe uma leitura que seria mais adequada que essa. Pois, para além da acusação da força dominante, seria interessante notar uma relação mais intrínseca desses elementos fundadores da instituição do direito. Neste ponto, não significa, precisamente, que a força constitutiva do direito decorre da violência do dominador, ou do mais forte, ou até mesmo de uma injustiça. Ao invés, trata-se de uma força que existe em todo momento de fundação, inauguração, de um ordenamento jurídico que constitui, ali, como força performativa, a origem de sua autoridade. Trata-se de um uso inevitável da força, e, no momento em que é uma força fundadora do direito e da autoridade jurídica, não pode ser julgada nem justa, nem injusta.

“A justiça – no sentido do direito (*right or law*) – não estaria simplesmente a serviço de uma força ou de um poder social, por exemplo econômico, político, ideológico, que existiria fora dela ou antes dela, e ao qual ela deveria se submeter ou se ajustar, segundo a utilidade. Seu momento de fundação ou mesmo de instituição jamais é, aliás, um momento inscrito no tecido homogêneo de uma história, pois ele o rasga por uma decisão. Ora, a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, *fazer a lei*, consistiria num golpe de força, numa violência performativa e portanto interpretativa que, nela mesma não é justa nem injusta, e que nenhuma justiça, nenhum direito prévio e anteriormente fundador, nenhuma fundação preexistente, por definição, poderia nem garantir nem contradizer ou invalidar.”<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> *Ibidem*. Pg. 24.

Neste momento, de imposição de normas e do direito, o discurso jurídico apoia-se nele mesmo. Ele não pode ser justificado por qualquer discurso anterior, ou regra geral. Como o discurso jurídico irrompe de um golpe de violência na escritura, não há outro fundamento para a sua existência a não ser ele mesmo. A isso, Derrida denomina o caráter *místico* da autoridade jurídica.

“O discurso encontra ali seu limite: nele mesmo, em seu próprio poder performativo. É o que proponho chamar, deslocando um pouco e generalizando a estrutura, o *místico*. Há ali um silêncio murado na estrutura violenta do ato fundador. Murado, emparedado porque esse silêncio não é exterior à linguagem. Eis em que sentido eu seria tentado a interpretar, para além do simples comentário, o que Montaigne e Pascal chamam de *fundamento místico da autoridade*.”<sup>60</sup>

Como o discurso apoia-se nele mesmo, a justificação de sua origem não lhe é presente, nem anterior, mas é algo por vir, que ocorrerá e agirá retroativamente na legitimação do ordenamento imposto. Essa justificação teria uma roupagem fictícia, tentaria murar as circunstâncias pelas quais fundou-se o direito, talvez num condão de omitir a violência infundada que o originou. Citando Montaigne, novamente:

“as mulheres usam dentes de marfim onde os naturais lhes faltam e, em vez de sua verdadeira tez, forjam outra de alguma maneira estranha... embelezam-se com uma beleza falsa e emprestada: assim faz a ciência (e até mesmo nosso direito tem, ao que dizem, ficções legítimas sobre as quais ele funda a verdade de sua justiça)”.<sup>61</sup>

Essas ficções legítimas, legitimadoras do direito, são facilmente encontráveis em diversas doutrinas e conceitos legais. A título de exemplo podemos citar a ficção teórica do Contrato Social e os preâmbulos constitucionais dos diversos Estados que os estampam em suas constituições. A fundação traz consigo uma promessa que, ao ser realizada, justificará a ordem imposta e estabelecida. Isso é também verificável no instante revolucionário, pois nele, ao suspender-se a ordem jurídica que estava estabelecida, a violência revolucionária tem como força propulsora a promessa de uma nova ordem, uma nova sociedade, que quando conquistada, a legitimará retroativamente.

---

<sup>60</sup> *Ibidem*. Pg. 25.

<sup>61</sup> MONTAIGNE citado por DERRIDA. *Ibidem*. Pg 22.

“Uma revolução “bem-sucedida”, a fundação de um Estado “bem-sucedida” [...] produzirá *a posteriori* aquilo que ela estava destinada *de antemão* a produzir, isto é, modelos interpretativos próprios para serem lidos retroativamente, para dar sentido, necessidade e sobretudo legitimidade à violência que produziu, entre outros, o modelo interpretativo em questão, isto é, o discurso de sua autolegitimação. Os exemplos desse círculo, outro círculo hermenêutico, outro círculo da violência, não faltam, perto ou longe de nós, aqui mesmo ou alhures, quer se trate daquilo que acontece de um bairro a outro, de uma rua a outra, de uma grande metrópole, de um país ou de um campo a outro, em torno de uma guerra mundial durante a qual Estados e nações são fundados, destruídos ou remanejados.” (DERRIDA, 2010, pg. 86)<sup>62</sup>

Derrida nota que os enunciados desses momentos fundadores não podem ser distinguidos claramente entre atos declarativos ou performativos. Não há como ter certeza se esse enunciado fundador está declarando a existência de uma nova ordem jurídica, ou a está impondo.

O preâmbulo constitucional da Constituição da República Federativa do Brasil, por exemplo, declara a ocorrência da promulgação da constituição ou impõe uma nova ordem político-jurídica? Numa análise minuciosa, para além desse primeiro questionamento, observa-se que o preâmbulo inicia-se com o termo “Nós, representantes do povo brasileiro”. Esse primeiro trecho enunciado declara que se tratam de representantes do povo brasileiro que promulgaram a carta, ou tem, também, a força performativa de legitimar os próprios promulgadores da Constituição como representantes do povo? De outra maneira, poderíamos questionar se esse fragmento do enunciado estaria, também, declarando ou impondo, de certa forma, um conceito de “povo brasileiro”.

Em última análise, aqueles que assinam o enunciado fundador não existem anteriormente à instituição que está sendo criada. Os “representantes do povo brasileiro” só podem existir depois de inaugurada a instituição “República Federativa do Brasil”. Os diversos valores que comumente são expostos nos enunciados têm como finalidade corroborar na legitimação retroativa de um ato que se fundamenta, em última análise, nele mesmo (liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade, justiça, harmonia social, ordem, Deus, etc.).

Esses elementos seriam os “dentes de marfim”, metáfora utilizada na citação de Montaigne, do momento fundador do ordenamento jurídico. Seriam as ficções legítimas, roupadas em termos e valores da sociedade que se pretende construir, através da imposição de um discurso fundado nele mesmo.

---

<sup>62</sup> DERRIDA, J. *Ibidem*. Pg. 86

Esses enunciados, ainda que não possuam efetividade, atuam como legitimadores da ordem instituída e são protegidos pelos diversos operadores do ordenamento jurídico em questão, quando da aplicação das normas e das leis. Os enunciados fundamentam as condições de legibilidade do ordenamento.

### 2.3 A JUSTIÇA INDESTRUTÍVEL

As constatações da seção anterior nos mostram a característica do Direito como algo fundado, construído textualmente através de enunciados indecidíveis entre o declarado e o performativo. Essa característica, por sua vez, é o que permite, também, dizer que o Direito é desconstruível.

“Na estrutura que assim descrevo, o direito é essencialmente *desconstruível*, ou porque ele é fundado, isto é, construído sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis (e esta é a história do direito, a possível e necessária transformação, por vezes a melhora do direito), ou porque seu fundamento último, por definição, não é fundado.”<sup>63</sup>

Concomitantemente, Derrida passa a tentar distinguir os conceitos de Direito e o de Justiça. Ao passo que o Direito é desconstruível, a Justiça não o é. A justiça é da ordem do *indestrutível*. Uma das afirmações mais emblemáticas (e problemáticas) de Derrida é:

“A justiça nela mesma, se algo como tal existe, fora ou para além do direito, não é desconstruível. Assim como a desconstrução ela mesma, se algo como tal existe. *A desconstrução é a justiça*.” (DERRIDA, 2010, pg. 27)<sup>64</sup>

Talvez esse trecho já sirva como primeira resposta ao título do colóquio no qual esse texto de Derrida foi proferido (assim como desta monografia): a desconstrução não somente permite a Justiça, como se confunde com ela.

É importante ressaltar que a noção de Justiça para Derrida, ou dessa Justiça indestrutível, é diferente daquela presente nos textos que pretendem defini-la por meio de um conteúdo imediato. Derrida não faz uma Teoria da Justiça, mas a coloca, ou tenta colocá-la, além da metafísica da presença. Desse modo, situa-se a

---

<sup>63</sup> *Ibidem*. Pg. 26.

<sup>64</sup> *Ibidem*. Pg. 27

Justiça no devir, no futuro, em algo que está por vir, indizível e incalculável – e por isso, indesconstruível.

O filósofo francês compara a Justiça, nesses moldes, a uma experiência da aporia. A experiência, como Derrida explica, é como uma passagem, uma travessia; a aporia, por sua vez, é aquilo que não dá passagem, um não caminho, que não podemos experimentar.<sup>65</sup> Logo, a experiência da aporia seria uma experiência do impossível. A isso, ele acrescenta:

“Mas acredito que não há justiça sem essa experiência da aporia, por impossível que seja. A justiça é uma experiência do impossível. Uma vontade, um desejo, uma exigência de justiça cuja estrutura, não fosse uma experiência da aporia, não teria nenhuma chance de ser o que ela é, a saber, apenas um *apelo* à justiça. Cada vez que as coisas acontecem ou acontecem de modo adequado, cada vez que se aplica adequadamente uma boa regra a um caso particular, a um exemplo corretamente subsumido, segundo um juízo determinante, o direito é respeitado, mas não podemos ter certeza de que a justiça o foi.”<sup>66</sup>

A noção de Justiça para Derrida então não é diferente do “*apelo à Justiça*”. É possível se dizer o que é legal, correto no sentido do Direito (construído), mas não se pode dizer o que é justo. A justiça é um incansável porvir indesconstruível.

“A justiça permanece *porvir*, ela *tem* porvir, ela *é* por-vir, ela abre a própria dimensão de acontecimentos irreduzivelmente porvir. Ela o terá sempre, esse porvir, e ela o terá sempre tido. *Talvez* seja por isso que a justiça, na medida em que ela não é somente um conceito jurídico ou político, abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política.”<sup>67</sup>

Direito e justiça não são a mesma coisa, porém o Direito se impõe em nome da Justiça e esta, por sua vez, mesmo que indizível, mesmo que informável, exige um direito.

“O direito não é a justiça. O direito é um elemento do cálculo, é justo que haja um direito, mas a justiça é incalculável, ela exige que se calcule o incalculável; e as experiências aporéticas são experiências tão improváveis quanto necessárias da justiça, isto é, momentos em que a *decisão* entre o justo e o injusto nunca é garantido por uma regra.”<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> *Ibidem*. Pg. 29.

<sup>66</sup> *Ibidem*. Pg. 30.

<sup>67</sup> *Ibidem*. Pg. 56.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

Portanto, é nesse intervalo entre a indesejabilidade da justiça e a indesejabilidade do direito que mora a desconstrução, a chance de repensar o saber jurídico, da criação e refundação de novas ordens, da possibilidade da crítica, ou até mesmo do progresso em vista de melhores conceitos, ou novos modelos, mesmo que estes resultados nunca sejam neles mesmos justos. A justiça consiste no ato de não se conformar com o ordem imposta, na postura de sempre enfrentá-la, criticá-la e propor-lhe “melhorias” – mesmo sabendo que essas críticas, essas melhorias não são inteiramente justas e podem sofrer novamente o crivo da desconstrução. Neste sentido, a desconstrução de Derrida não deve ser vista como um niilismo passivo, conformista ou fatalista da realidade.

“Na hipótese que avento superficialmente, o que se chama correntemente de desconstrução não corresponderia de nenhum modo, segundo a confusão que alguns têm interesse em espalhar, a uma abdicação quase niilista diante da questão ético-político-jurídica da justiça e diante da oposição do justo ao injusto [...]”.<sup>69</sup>

Essa postura da desconstrução tomaria uma responsabilidade sem limites diante da memória da origem e do sentido, dos limites dos conceitos de justiça, lei, direito, valores, normas e prescrições.<sup>70</sup>

“Por conseguinte, nunca ceder a esse respeito, manter sempre vivo um questionamento sobre a origem, os fundamentos e os limites de nosso aparelho conceitual, teórico ou normativo em torno da justiça é, do ponto de vista de uma desconstrução rigorosa, tudo salvo uma neutralização do interesse pela justiça, uma insensibilidade à justiça. Pelo contrário, é um aumento hiperbólico na exigência de justiça, a sensibilidade a uma espécie de desproporção essencial que deve inscrever, nela, o excesso e a inadequação. Isso leva a denunciar não apenas limites teóricos mas também injustiças concretas, com efeitos mais sensíveis, na boa consciência que se detém dogmaticamente em tal ou qual determinação herdada da justiça.”<sup>71</sup>

Derrida prossegue dizendo que essa postura responsável perante a memória da justiça, da lei e do direito deve respeitar também, mas nunca ceder, ao dogmatismo, ou à crença de que se pode definir ou conceituar mecanismos e procedimentos justos e que, a partir de então, não mais precisaremos nos preocupar com a questão da Justiça.

---

<sup>69</sup> *Ibidem.* Pg. 36

<sup>70</sup> *Ibidem.*

<sup>71</sup> *Ibidem.* Pg. 37

“Não é um simples momento [o da desconstrução de um conceito]: sua possibilidade deve permanecer estruturalmente presente no exercício de toda responsabilidade, se considerarmos que esta não deve jamais abandonar-se ao sono dogmático, e assim renegar a si mesma. Desde então, aquele momento transborda. Torna-se, então, ainda mais angustiante. Mas quem pretenderá ser justo poupando-se da angústia? Aquele momento de suspensão angustiante abre, assim, o intervalo do espaçamento em que as transformações, ou as revoluções jurídico-políticas, acontecem. [...] Pois, afinal, onde a desconstrução encontraria sua força, seu movimento ou sua motivação, senão nesse apelo sempre insatisfeito, para além das determinações dadas daquilo que chamamos, em contextos determinados, de justiça, de possibilidade da justiça?” <sup>72</sup>

O confronto com esse transbordamento da Justiça frente ao Direito deve ser realizado sempre, indefinidamente. Essa postura é similar àquela explicitada no texto-palestra “Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas”, inspirada na afirmação nietzschiana do jogo, do signo e da interpretação e da negação ao “sono dogmático”.

---

<sup>72</sup> *Ibidem*. Pg. 39

### 3 AS APORIAS DA JUSTIÇA

No pensamento de Jacques Derrida, Justiça e Direito não são a mesma coisa. Contudo, também não são conceitos opostos. Como visto nas explicações referentes ao estruturalismo, não é viável entendermos que Justiça e Direito, por serem diferentes, são absolutamente distintos. Aliás, qualquer teoria que pretenda formular conceitos de justiça e direito em esferas distintas e não-intercruzáveis pertencerá à metafísica da presença. Na escritura os termos se remetem e compartilham rastros. Portanto, Direito e Justiça são termos que possuem peculiaridades em comum. Nesse intervalo, nessas peculiaridades, mora a desconstrução, que inquieta-se, principalmente, por meio das aporias.

“Tudo seria ainda simples se essa distinção entre justiça e direito fosse uma verdadeira distinção, uma oposição cujo funcionamento permanecesse logicamente regulado e dominável. Mas acontece que o direito pretende exercer-se em nome da justiça, e que a justiça exige ser instalada num direito que deve ser posto em ação (constituído e aplicado – pela força, “enforced”). A desconstrução se encontra e se desloca sempre entre ambos.”<sup>73</sup>

Derrida enuncia nesse tema três aporias, precisamente. Entretanto, elas não são exaustivas, pois muitas outras ainda podem ser identificadas. São elas: a *epokhé* da regra; a assombração do indecível; e a urgência que barra o horizonte do saber.

#### 3.1 A EPOKHÉ DA REGRA

É comum ao pensamento jurídico ocidental que para que alguém seja julgado, este deve, antes de tudo, ser responsável pelo ato que cometeu. Uma decisão penal, por exemplo, apenas incriminará alguém se for provado que, no mínimo, o indiciado trata-se de um sujeito responsável e capaz do ato que praticou. Em outras palavras, para ser considerado criminoso, deve-se ser responsável pelo crime cometido. O mesmo vale para um ato justo. Para que se possa ser considerado justo, ou legal, deve-se ser livre e responsável pelo seu

---

<sup>73</sup> *Ibidem*. Pg. 42.



comportamento, por suas decisões. Não se pode dizer, de um ser desprovido de liberdade, que seus atos são justos ou injustos.

Contudo, para que o ato justo seja considerado assim, é necessário que também seja reconhecido por uma regra, ou uma prescrição jurídica, da ordem do calculável. Nesse sentido, o ato livre e responsável implica, nele mesmo, a existência de uma regra ou prescrição. O paradoxo encontrado por Derrida é:

“Mas, se o ato consiste simplesmente em aplicar uma regra, desenvolver um programa ou efetuar um cálculo, ele será talvez legal, conforme ao direito, e talvez, por metáfora, justo, mas não poderemos dizer que a decisão foi justa. Simplesmente porque não houve, nesse caso, decisão.”<sup>74</sup>

A decisão de um juiz, por exemplo, para ser considerada justa deveria ser livre. O juiz deveria ter a liberdade de decidir como bem entendesse, para que pudesse ser considerado responsável pelo seu ato. Contudo, exige-se, dessa decisão jurídica, a conformidade com leis e decisões preexistentes. O juiz deve repetir uma regra preestabelecida no momento da sua decisão – e também é justo que assim o seja.

Julgamentos novos, com fatos novos, partes distintas e contextos diferentes, não podem ser julgados livremente pelo juiz. Deve haver a análise de todo o caso, de todas as minúcias, mas, quando da redação da sua decisão, esta deverá tentar adequar toda a singularidade do caso em regras preestabelecidas, em decisões similares, porém não idênticas, realizadas no passado.

O paradoxo, ou a aporia, da epokhé da regra encontra-se no fato de que as duas posturas acima elencadas são consideradas, ou exigidas, como justas. A justiça de um ato consiste, dentre outras coisas, na liberdade e responsabilidade daquele que o fez, portanto seria justo que um juiz pudesse decidir livremente, sendo, desse modo, responsável pelas minúcias e particularidades de cada caso; porém também é justo que um juiz se prenda a regras, a decisões anteriores, para que respeite a equidade da decisão. Outra maneira de visualizar esta aporia é dizer que seria injusto que um juiz decidisse de maneira a tornar irrelevantes as decisões passadas, as regras estabelecidas, assim como, seria injusto propor que o juiz se tornasse uma máquina de calcular, de modo a aplicar as regras como se cada particularidade fosse um caso genérico e facilmente resolvível e categorizável.

---

<sup>74</sup> *Ibidem*. Pg. 43.

“Em suma, para que uma decisão seja justa e responsável, é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo regradada e sem regra, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reiventá-la em cada caso, re-justificá-la, reinventá-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio.”<sup>75</sup>

Dessa aporia, chega-se à conclusão que nenhuma decisão pode ser julgada como plenamente justa. Ao invés, podemos dizer que uma decisão foi legal, ou legítima, de acordo com o direito, com a regra, com a norma – mas nunca justa. A decisão, em último caso, legitimar-se-á no direito posto que é, em sua instituição, algo infundado.

### 3.2 A ASSOMBRAÇÃO DO INDECIDÍVEL

Decorrente da primeira aporia, esta segunda diz respeito ao indecidível da decisão: a impossibilidade da simples escolha entre um caminho, livre e autônomo, e outro, de acordo com a prescrição, para que se decida justamente.

Contudo, esse indecidível não pode acarretar na paralisação do sujeito que decide, pois também é justo que ele decida (pois seria injusto que não houvesse decisão). A justiça incalculável exige o cálculo, exige o direito, a aplicação (enforceability) da norma. Feita a decisão, a indecidibilidade é ultrapassada, porém continua a assombrá-la.

“O indecidível permanece preso, alojado, ao menos como um fantasma, mas um fantasma essencial em qualquer decisão, em qualquer acontecimento de decisão. Sua fantasmaticidade desconstrói do interior toda garantia de presença, toda certeza ou toda pretensa criteriologia que nos garanta a justiça de uma decisão.”<sup>76</sup>

Essa assombração do indecidível tem a função de nos relembrar, a todo momento, que as decisões nunca são presentemente justas. Essa aporia assegura a desconstrutibilidade do direito, frente a qualquer decisão que se pretenda final ou

---

<sup>75</sup> *Ibidem*. Pg. 44.

<sup>76</sup> *Ibidem*. Pg. 48.

axiomática. A assombração do indecidível assegura a crítica da dogmática que se pretenda justa, através de um conteúdo presente e identificável.

As regras de argumentação, de interpretação, da racionalidade do discurso, literalidade da norma, intenção do legislador, e todas as outras que tentam dogmatizar a justiça, apesar de necessárias, são incapazes de afastar a assombração da indecidibilidade. Essa aporia traz, novamente, a relação entre desconstrução e a justiça indeseconstruível:

“Esta segunda aporia – esta segunda forma da mesma aporia – já o confirma: se há desconstrução de toda presunção à certeza determinante de uma justiça presente, ela mesma opera a partir de uma “idéia de justiça” infinita, infinita porque irreduzível, irreduzível porque devida ao outro – devida ao outro, antes de qualquer contrato, porque ela é *vinda*, a vinda do outro como singularidade sempre outra. [...] Podemos pois aí reconhecer ou aí acusar uma loucura. E talvez uma outra espécie de mística. E a desconstrução é louca por essa justiça. Louca por esse desejo de justiça. Essa justiça, que não é o direito, é o próprio movimento da desconstrução agindo no direito e na história do direito, na história política e na história *tout court*, antes mesmo de se apresentar como o discurso que se intitula, na academia ou na cultura de nosso tempo – o “desconstrucionismo”.<sup>77</sup>

### 3.3 A URGÊNCIA QUE BARRA O HORIZONTE DO SABER

Derrida evita ver a sua ideia de Justiça num sentido regulador de conteúdo, permitindo-se julgar, a partir dela, por exemplo, uma decisão como inválida. Pois essa justiça indeseconstruível exigiu que a decisão, ou cálculo jurídico, fosse realizada num primeiro momento. A diferença da proposta de justiça de Derrida é, portanto, diferente das ideias de justiça do jusnaturalismo. Pois nestas, a justiça pretende regular a validade das normas e das decisões, por possuir um conteúdo apreensível. Naquela, a justiça consiste em simplesmente afirmar que a decisão, apesar de necessária, nunca será justa.

É necessário e urgente que se julgue. Por mais temível que seja a incerteza da decisão, é preciso que se dê essa espécie de “salto no escuro”. Não se pode postergar o instante da decisão, ao mesmo tempo em que não se pode negar o seu caráter angustiante, por meio de instituições místicas, ou mitológicas, da justiça, da razão e da segurança jurídica, que nos retiram a responsabilidade de nossos atos.

---

<sup>77</sup> *Ibidem*. Pg. 49.

Katya Kozicki sintetiza essa terceira aporia, em conjunto com as outras duas, no momento da decisão judicial, nas seguintes palavras:

“A responsabilidade judicial impõe ao juiz que ele efetivamente realize o ato de julgar, que a decisão produzida seja um julgamento, e não apenas a aplicação mecânica das regras jurídicas ou a apropriação dos precedentes para a solução de novos casos. O ato de julgar não se limita a um mero cálculo de probabilidades, e também não se limita a escolha neutra entre diferentes possibilidades normativas. Ao contrário, para que uma decisão judicial efetivamente possa ser compreendida como momento do julgamento, é necessário que esta traga em si um compromisso ético com a realização da justiça, o qual se realiza em primeiro lugar a partir da valoração que o julgador faz da norma aplicável ao caso concreto.”<sup>78</sup>

Essa terceira aporia não acarreta em decidirmos na ausência de regras, ou na ausência de saberes; mas uma exigência em reconstruir, a cada momento, as regras em nome das quais nós decidimos. Devemos nos apoiar nas regras e nos saberes, mas devemos também ter sempre em mente que não será a razão e a prescrição que garantirão a justiça de nossos atos.

“Para que isso não seja um truísmo ou uma trivialidade, é necessário reconhecer a seguinte consequência: cada avanço da politização obriga a reconsiderar, portanto a reinterpretar, os próprios fundamentos do direito, tais como eles haviam sido previamente calculados ou delimitados. Isso acontece, por exemplo, com a Declaração dos Direitos do Homem, com a abolição da escravatura, em todas as lutas emancipadoras que permanecem ou deverão permanecer em curso, em qualquer parte do mundo, para os homens e para as mulheres.”<sup>79</sup>

Não podemos simplesmente aceitar os avanços ou processos legislativos como um bem em si, como o fim de uma caminhada. As próprias Declarações dos Direitos do Homem, a abolição da escravatura, as lutas emancipadoras (exemplos utilizados por Derrida), devem ser revistos e analisados criticamente a todo momento. Outras áreas nas quais a desconstrução teria muito a explorar e a dizer na formulação do Direito, tendo em vista esse apelo incessável pela Justiça, são apontadas por Derrida:

“Os exemplos mais próximos de nós deveriam ser buscados nas leis sobre o ensino e a prática das línguas, a legitimação dos cânones, a utilização militar da pesquisa científica, o aborto, a eutanásia, os problemas de

---

<sup>78</sup> KOZICKI, Katya. O problema da interpretação do direito e a justice na perspectiva da desconstrução. Disponível em: [http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/o\\_problema\\_da\\_interpretacao\\_do\\_direito\\_e\\_a\\_justica\\_na\\_perspectiva\\_da\\_reconstrucao/n18Katya.pdf](http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/o_problema_da_interpretacao_do_direito_e_a_justica_na_perspectiva_da_reconstrucao/n18Katya.pdf)

<sup>79</sup> *Ibidem*. Pg. 56.

transplantes de órgãos, de nascimento extra-uterino, a bioengenharia, a experimentação médica, o “tratamento social” da Aids, as macro ou micropolíticas da droga, dos “sem-teto” etc., sem esquecer, é claro, o tratamento daquilo que chamamos de vida animal, a enorme questão dita da animalidade.”<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> *Ibidem*. Pg. 57.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Derrida opera uma separação entre direito e justiça que é, ao mesmo tempo, a declaração da interdependência de ambos. O direito nunca é justo, mas se impõe em nome da justiça. Disso decorre a possibilidade da desconstrução, dessa enorme busca por um acréscimo de justiça ao direito posto. Porém, como o Direito nunca é justo, mas precisa ser aplicado, essa aplicação necessita da força, que, em última análise, é uma força infundada. Desse modo, toda teoria do direito que pretenda justificá-lo como legítimo através de uma autoridade racional e justificada, tentará esconder ou murar a violência que inevitavelmente ocorreu no momento de sua fundação. Por outro lado, as teorias que pretendam trazer consigo o conteúdo da justiça, daquilo que é justo, são inconsistentes e míticas, ou mitológicas. Nas palavras de Alexandre Araújo Costa:

“Nessa medida, utilizando as chaves de leitura oferecidas por Derrida, podemos entender os jusnaturalismos como tentativas de construir mitologias específicas e os positivismos como uma espécie de construção de muros em torno de seu próprio fundamento, que é assumido como dogma, e, portanto, não demanda justificação expressa, mas apenas proteção contra a crítica.”<sup>81</sup>

A autoridade do Direito é fundada num golpe de força na escritura, no jogo de significação, e apoia-se no enunciado performativo que dá origem e legibilidade ao ordenamento jurídico. Por isso, o Direito é desconstruível. A justiça, por sua vez, é indesconstruível por ser singular, porvir, devida ao outro em sua totalidade, rebelde à generalidade das normas. O direito reprime essa alteridade da justiça, pois precisa ser aplicado, mas, ao pretender ser justo abre a possibilidade da desconstrução. A possibilidade da justiça é, então, a possibilidade de transformação do Direito.

Contudo, a afirmação de Derrida de que a desconstrução é a justiça é, também, problemática. Jack M. Balkin diz que essa identificação realizada por Derrida é contraditória e insuficiente<sup>82</sup>. Cada indivíduo tem a sua própria visão e

---

<sup>81</sup> COSTA, Alexandre Araújo. Direito, Desconstrução e Justiça: reflexes sobre o texto Força de Lei, de Jacques Derrida. Revista Virtual de Filosofia Jurídica e Teoria Constitucional, v. 1, 2007. Disponível em [http://www.direitopublico.com.br/revista\\_VIRTU.asp](http://www.direitopublico.com.br/revista_VIRTU.asp). Pg. 4.

<sup>82</sup> BALKIN, J. M. Being Just with Deconstruction. Disponível em: <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/beingjust1.htm>

entendimento da justiça e tentará mudar o ordenamento da maneira que considera melhor. Além disso, o simples fato de considerarmos a Justiça como algo indizível, porvir e indesconstruível, não a identifica à desconstrução, pois outros termos também podem ser considerados dessa maneira. O conceito de “verdade”, por exemplo, poderia facilmente sofrer esse mesmo deslocamento para fora da metafísica da presença, ao se dizer que a verdade é indizível, porvir e devida ao outro.

A desconstrução tem a força de desestabilizar qualquer conceito e é facilmente imaginável uma situação no qual discursos que se utilizem de suas conjecturas sejam conflitantes. Para superar essa condição, diz Balkin, seria necessário que a desconstrução assumisse uma ideia transcendental de justiça, não num sentido platônico com conteúdo próprio e definido, mas relacionado a uma axiologia cujas inquietações, apesar de serem incapazes de completamente se efetivarem na realidade, possuem aplicabilidade<sup>83</sup>.

Porém, mesmo através dessa proposta de Balkin, não é viável que se admita um valor transcendental de justiça à Desconstrução, mas sim que este valor se limite ao sujeito que a opera (o “desconstrutor”). Em outras palavras, aquele que desconstrói pode e deve possuir o seu próprio senso de justiça, por meio do qual pretende melhorar, ou transformar, o direito posto. No entanto, a desconstrução em si não tem a sua definição de justiça. A assimilação entre desconstrução e justiça seria possível se retirássemos desta a carga moral que traz consigo, por meio de uma redução axiológica. Contudo, tal movimento seria contrário ao propósito da desconstrução, que aposta, sobretudo, na alteridade.

Outro problema a ser levantado é: ao afirmar que a justiça é indesconstruível, não teria Derrida criado, ou dado, um centro à desconstrução, do mesmo modo que o estruturalismo o fez ao seu discurso? Ao criar um termo tal qual o “indesconstruível”, não estaria Derrida criando uma nova oposição binária com o “desconstruível”? Não estaria Derrida formulando a desconstrução nos mesmos moldes criticados do estruturalismo?

Contudo, devemos lembrar algumas passagens de Derrida quando este se refere à impossibilidade dos “destruidores da metafísica” se utilizarem de termos não-metafísicos na sua empreitada. Da mesma forma que Lévi-Strauss utilizou-se

---

<sup>83</sup> BALKIN, J. M. *Ibidem*.

de termos eurocentristas para criticar o eurocentrismo, talvez Derrida tenha feito uso, ou *bricolagem*, da estruturalidade para propor uma visão para além da metafísica da presença da Justiça. Outra dificuldade em considerar o indeseconstruível como um centro do discurso da desconstrução seria o de que este não se faz presente. Pois é característico de cada centro estrutural, ou sistemático, a ideia de presença, de um conteúdo que se faça apreensível de maneira imediata. O indeseconstruível, por sua vez, nunca se pretendeu assim, mas sempre por vir, indizível, indecidível. Sua utilização até poderia ser verificada como um resquício do estruturalismo, mas nunca como uma prova de que a desconstrução é, em si, estruturalista (assim como Nietzsche não é absolutamente metafísico, nem Lévi-Strauss absolutamente eurocêntrico).

No presente estudo verificou-se que os textos de Derrida parecem circundar o assunto principal, através de especulações, de explorações aparentemente secundárias, de modo que o assunto principal parece estar sempre por começar a ser debatido. Os textos de Derrida revolvem as suas noções e proposições a todo o momento: uma observação feita na primeira página voltará a ser analisada, extensiva ou implicitamente, no desenvolvimento e na conclusão do texto, carregando consigo novos significados e novos desdobramentos.

As concepções de linguagem, de estrutura, de sistema, de verdade, de justiça e de direito, conduzem reflexões no âmbito da epistemologia, da lógica ou da ética.

A Desconstrução propulsiona atos de criação, crítica e refundação do direito, assim como os da política, dos institutos, da cultura e da sociedade. Nas palavras de Vera Karam de Chueiri:

“A impossibilidade que a justiça experimenta é, na linguagem da filosofia transcendental, sua própria condição de possibilidade. Assim, a justiça é essa experiência da qual não se pode experimentar, na medida em que ainda está por vir. Esse *à-venir* é a própria dimensão dos eventos, irreduzível a qualquer fórmula ou cálculo. Talvez por isso, a justiça não possa ser reduzida a um conceito jurídico ou a uma idéia regulativa ou a um horizonte que acomoda nossas expectativas. Ao contrário, a justiça é a possibilidade de transformação; a possibilidade de refundir e refundar o próprio Direito.”<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> CHUEIRI, Vera Karam de. A força de Derrida: para pensar o Direito e a possibilidade da justiça *in* CULT – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007. Pg. 49



O discurso jurídico traz consigo a possibilidade de sua transformação e à desconstrução cabe o papel de oposição aos dogmas que tentam identificar o direito com a justiça, ou ainda, separá-los por inteiro, como conceitos que não se cruzam, não se conectam.

A desconstrução é também uma postura de inquietação com o estabelecido, com o que se pretende verdade. Não porque a verdade seja uma ilusão, mas porque a desconstrução quiçá seja herdeira de Nietzsche quando este disse que “as convicções são inimigas da verdade mais perigosas que as mentiras”.

Na incessável busca da justiça, a desconstrução assume o desafio da interpretação, do signo e da alteridade, onde mora toda a possibilidade da história.

## REFERÊNCIAS

- BALKIN, J. M. Desconstrução *in* Revista Crítica do Direito. N. 2. Volume 42. Disponível em <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-2-volume-42/desconstrucao>, acesso em 20/04/2013
- BALKIN, J. J. Transcendental Deconstruction, Transcendent Justice. *Michigan Law Review*, Michigan, n. 1131, 1994, disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/transdecon1.pdf>, acesso em 20/04/2013.
- BARTHES, Roland. A atividade estruturalista, *in* O Método Estruturalista, de Luc de Heushet al., Rio de Janeiro, 1967.
- CAPUTO, John D. Deconstruction in a Nutshell: A conversation with Jacques Derrida. New York: Fordham University Press, 1997.
- CEIA, Carlos. Estruturalismo. *In*: E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=1034&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1034&Itemid=2), acesso em 17/04/2013
- CHUEIRI, Verak Karam de. A força de Derrida: para pensar o Direito e a possibilidade da justiça *in* CULT – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007.
- COSTA, Alexandre Araújo. Direito, Desconstrução e Justiça: reflexes sobre o texto Força de Lei, de Jacques Derrida. Revista Virtual de Filosofia Jurídica e Teoria Constitucional, v. 1, pg. 1, 2007. Disponível em [http://www.direitopublico.com.br/revista\\_VIRTU.asp](http://www.direitopublico.com.br/revista_VIRTU.asp), acesso em 16/04/2013.
- DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DERRIDA, Jacques. A farmácia de Platão. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- DERRIDA, Jacques. Carta a un amigo japonés. *In*: El tiempo de una tesis: Deconstrucción e implicaciones conceptuales. Barcelona: Proyecto A Ediciones, 1997.
- DERRIDA, Jacques. Força de Lei. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DERRIDA, Jacques. Margens da Filosofia. Campinas: Papirus, 1991.
- EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FILHO, Juvenal Savian. Derrida e a defesa da honra da razão *in* CULT – Revista Brasileira de Cultura. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007.

Glossário de Derrida; trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

HILL, Leslie. *The Cambridge Introduction to Jacques Derrida*. Cambridge: University Press, 2007.

KEARNEY, R. (org.). *Deconstruction and the Other: an Interview with Richard Kearney*. In: *Debates in Continental Philosophy: Conversations with Contemporary Thinkers*. Nova York: Fordham University Press, 2004.

KOZICKI, Katya. O problema da interpretação do direito e a justice na perspectiva da desconstrução. Disponível em: [http://www.oquenosfazpensar.com/adm/uploads/artigo/o\\_problema\\_da\\_interpretacao\\_do\\_direito\\_e\\_a\\_justica\\_na\\_perspectiva\\_da\\_reconstrucao/n18Katya.pdf](http://www.oquenosfazpensar.com/adm/uploads/artigo/o_problema_da_interpretacao_do_direito_e_a_justica_na_perspectiva_da_reconstrucao/n18Katya.pdf), acesso em 18/04/2013.

LAWLOR, Leonard. Jacques Derrida. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/derrida/>. Acesso em 12/10/2013

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Cru e o Cozido: Mitológicas 1*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

MONTAIGNE. Les Essais III. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ph000354.pdf>, acesso em 20/10/2013

MORRISON, Wayne. *Filosofia do direito: dos gregos aos pós-modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NIGRO, Rachel. O Direito da Desconstrução. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. (org.) *Desconstrução e ética – ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

NORRIS, Cristopher. *Derrida*. London: Fontana Paperbacks, 1987.

PASCAL, Blaise. *Pensées sur la religion et sur quelques autres sujets*. Disponível em <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ph000373.pdf>, acesso em 20/10/2013.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Entre o perigo e a chance in *CULT – Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo. Número 117. Ano 10. 66 páginas. 2007.

RODRIGUES, Carla. *Justiça e Desconstrução: entre as rachaduras da lei* in *Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito*, Rio de Janeiro: 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WOLFREYS, Julian. Compreender Derrida. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.